

# JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS

# SEM TERRA

ANO XV - Nº 158

MAIO/1996

R\$ 1,50

## Reforma Agrária: Justiça no Campo

Foto: João Roberto Ripper



Viúva tem que criar 11 filhos sozinha após a morte do marido no massacre de Eldorado

**MASSACRE DO PARÁ:  
IMPUNIDADE  
À VISTA**

**pág. 3**

**A AUDIÊNCIA  
COM O PRESIDENTE  
FHC**

**pág. 5**

**ENTREVISTA  
EXCLUSIVA COM  
BRIZOLA**

**págs. 8 e 9**

**CAMPONESES SE  
UNEM CONTRA  
NEOLIBERALISMO**

**pág. 11**

## São Paulo apóia a Reforma Agrária

O jornal Estado de São Paulo fez uma pesquisa na capital paulista, através de seu instituto de pesquisa o "Informestado". A pesquisa foi feita por telefone, e foram ouvidas pessoas de 18 a 65 anos. O resultado da pesquisa foi impressionante, apesar de ter sido feita por telefone (o que elimina grande parte dos trabalhadores) e cerca de 64% dos entrevistados disseram ter votado em FHC nas últimas eleições.

Vejam os resultados:

- 86% é a favor da Reforma Agrária
- 8,5 % é contra a realização da Reforma Agrária
- 68% acha que o massacre do sem terra no Pará desgastou a imagem do governo FHC.
- 69% avalia que o desempenho do governo FHC na questão da Reforma Agrária é péssimo. Apenas 9% acha que é bom.
- 47% acha que o governo FHC não conseguirá resolver o problema da Reforma Agrária até o final de seu governo, e 48% acha que resolverá parcialmente.
- 70% acha que o governo FHC está tratando a Reforma Agrária igual ou pior do que o governos anteriores.

Estes dados são muito reveladores. Mostram que mesmo a classe média paulistana, tradicionalmente conservadora, é a favor da Reforma Agrária. Isto é surpreendente se lembrarmos que a maioria dos grandes proprietários de terras do país moram na cidade de São Paulo. Esta pesquisa demonstra que a gravidade dos problemas sociais no campo conseguiu conscientizar amplas parcelas e hoje a grande maioria da sociedade está convencida da necessidade da Reforma Agrária.

De parte do MST é mais uma prova da legitimidade de nossas convicções de que a Reforma Agrária é uma Luta de Todos e que o apoio das populações da cidade e da opinião pública é fundamental para pressionar o governo a realizar de fato o nosso sonho de democratizar a terra no Brasil.

# Vamos paralisar o Brasil contra os Massacres!

## 1. FHC e o Massacre:

A ineficiência do governo em agilizar a implantação da Reforma Agrária em nosso país criou pré-condições para que ocorresse mais um massacre de trabalhadores rurais sem terra. O massacre de Eldorado do Carajás, ocorrido no dia 17 de abril tem responsáveis diretos como o governador Almir Gabriel que mandou desobstruir a estrada a qualquer custo, os latifundiários que arrecadaram dinheiro para assassinar lideranças e o comando da PM que, em conluio com os fazendeiros, executou o massacre.

Mas também há responsabilidade do governo federal e sua ineficiente, quando não inexistente, política de Reforma Agrária. Um governo que coloca um latifundiário e um banqueiro para ser seu Ministro da Agricultura e, em menos de 18 meses, troca 5 vezes o Presidente do INCRA, dá uma clara demonstração de ser contrário à Reforma Agrária.

As famílias vítimas do conflito de Eldorado estavam acampadas desde o ano passado. O presidente FHC, em audiência com o MST, havia se comprometido de, até dezembro de 1995, assentar todas as famílias que estavam acampadas. Se tivesse cumprido a palavra, o massacre teria sido evitado.

Passado o massacre, com um custo de 19 vidas, o governo voltou a assumir publicamente o compromisso de agilizar a Reforma Agrária. De concreto, passados 30 dias do conflito, pouco foi feito. Com a excessão da troca do Ministro da Agricultura, que já vai tarde, voltou a tradicional morosidade do governo dando sinais de sua submissão à bancada ruralista que, sabidamente, é contrária à Reforma Agrária. O agravante é que, diante da já anunciada impunidade dos responsáveis do massacre, o governo assume uma postura de que nada pode fazer. No Congresso Nacional, onde há três leis fundamentais para Reforma Agrária, o governo não consegue ou não quer, articular sua base parlamentar para aprová-las. No Brasil todo há 37 mil famílias acampadas, principalmente na região Sul e Nordeste. Mas o governo continua priorizando a desapropriação nas regiões Norte e Centro-Oeste. Dos últimos 225 mil hectares desapropriados, 80% das terras localizam-se nessas duas regiões e, apenas 2% na região Sul.

Esse governo que, no dia 2 de maio, recebeu mais uma vez em audiência a Direção Nacional do MST, onde reafirmou seus compromissos com nossas reivindicações, nos deve uma demonstração concreta sobre sua disposição de fazer a Reforma Agrária. Só propaganda e promessas vazias não resolvem o problema social. Pelo contrário, podem gerar novos conflitos.

Continuaremos pressionando o governo para que todos os responsáveis pelo massacre, executores, mandantes e autoridades omissas, sejam punidos. Como também



continuaremos mobilizados e fazendo lutas para que as famílias acampadas sejam imediatamente assentadas.

## 2. Ampliar as lutas com a sociedade

A política neoliberal do governo Fernando Henrique está provocando outros "massacres" que não chamam a atenção dos meios de comunicação e, por consequência, da opinião pública. Ou há dúvidas que o desemprego massivo, a falência da agricultura familiar, os cortes de gastos no setor das saúde, educação e moradia, as tentativas de acabar com os direitos sociais garantidos na Constituição Federal, são verdadeiros massacres cometidos contra a classe trabalhadores e os setores mais desfavorecidos de nossa sociedade?

É dentro deste contexto que queremos inserir a luta pela Reforma Agrária. Acreditamos que somente através de sua realização poderemos promover um desenvolvimento econômico, social e político que permita o exercício da cidadania e a garantia de condições básicas de vida para a população brasileira. Acabar com o latifúndio significa acabar com o poder político e econômico da classe mais reacionária e conservadora em nosso país, representada pela bancada ruralista. Por isso, devemos cada vez mais fazer da Reforma Agrária uma luta de todos.

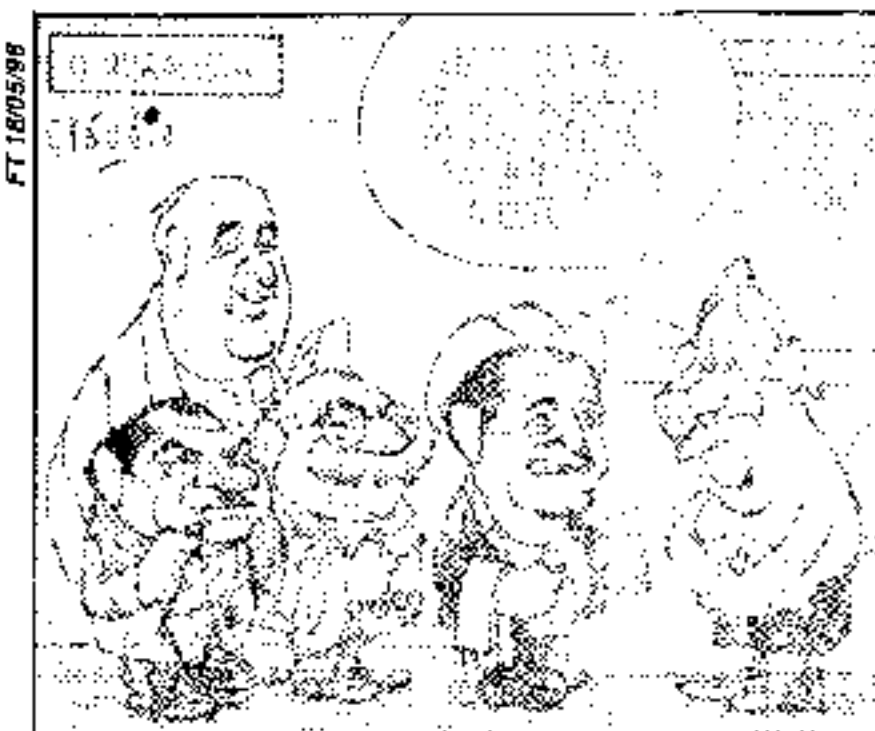
## 3. Paralisação Nacional!

Passado o ufanismo da vitória eleitoral e do anestesiamento provocado pelo plano Real, que reduziu os índices inflacionários, mas elevou enormemente o custo de vida, começam a aparecer as manifestações contrárias à política neoliberal. As manifestações promovidas pelos aposentados, pelos estudantes e as greves prolongadas mostram que há disposição e condições de se mobilizar contra esse governo.

Por isso a greve geral, com data indicativa para dia 14 de julho, puxada pela CUT (Central Única dos Trabalhadores), adquire uma importância muito grande. É o momento de demonstrarmos, com unidade e força, que nos opomos ao projeto neoliberal e não assistiremos parados ao agravamento da situação social.

Para isso, também é necessário que a classe trabalhadora supere deficiências que, em outras oportunidades, prejudicaram a unidade e o sucesso das mobilizações. Temos em comum um inimigo: o governo neoliberal.

**Paralisação Nacional Dia 14!  
Viva a Classe Trabalhadora!**



# Eldorado do Carajás: impunidade à vista

*Num país marcado pelo desrespeito aos Direitos Humanos o inquérito policial sobre o massacre caminha para a impunidade*

por Paulo Sérgio Pinheiro\*

Os 19 trabalhadores sem terra mortos foram o resultado visado pela cilada montada pela Polícia Militar do Estado do Pará. Uma testemunha, convidada a participar do financiamento da operação denunciou o conluio entre fazendeiros e PMs.

Não foram mortes em confronto, esta foi uma ficção inventada pelas autoridades locais. Há uma flagrante desproporcionalidade de meios entre as pedradas, as foices, algumas armas, contra metralhadoras, fuzis e revólveres 38. No Brasil, para que as vítimas sejam inocentes exige-se que elas não se defendam, que tenham a plena disponibilidade dos carneiros sacrificais. Apesar das cenas gravadas de conflito, a verdade inscrita nos corpos dos mortos mostra com clareza os objetivos da operação.

Entre os 19 mortos, doze foram com tiros certos desfechados contra a cabeça, o tórax e órgãos vitais. Com grande precisão, pois o número de projéteis encontrados nos corpos é reduzido: no máximo quatro, desfechados por revólveres calibre 38 e não por rajadas de metralhadora. Três foram mortos com tiros à queima-roupa e pelas costas. Sete foram mortos por instrumentos de corte contundentes: foices e facões retirados dos manifestantes, o que indica que já estavam dominados.

A tese de legítima defesa que os advogados dos policiais levantam é pueril e não encontra apoio nas autópsias. Mais fabuloso ainda foram os depoimentos dos soldados no Inquérito Policial Militar, segundo os quais - todos afirmaram - atiraram para cima ou para o chão podendo as balas terem ricochetado e possivelmente atingido algumas pessoas.

Um caso emblemático entre as mortes foi a execução sumária de Oziel, de 17 anos, que controlava o carro de som. Foi seqüestrado, espancado, obrigado a gritar "Sem Terra" e executado com um tiro na nuca em frente de testemunhas. Cenas registradas por um cinegrafista mostram seus últimos momentos antes de ser capturado. Os PMs do sul do Pará sentem-se acima da lei. Têm certeza de que nada irá acontecer com eles.

A chacina de Eldorado do Carajás tem todos os elementos preparados para a impunidade anunciada. Não há legistas no sul do Pará. O "necrotério" de Marabá é uma mesa de cimento numa sala vazia. Os corpos foram empilhados numa sala, ao lado de latões de tinta. Os laudos de

necropsia somente desvendaram a verdade graças à pronta interferência do Dr. José Gregori, por determinação do Ministro Nelson Jobim, do legista Dr. Nelson Masini. Até aquele momento os legistas vindos de Belém não haviam autorizado o especialista independente a acompanhar os exames dos corpos. Os caixões estavam fechados para serem enterrados quando a revisão dos laudos foi autorizada.

Como a cena foi totalmente desfeita pela retirada atabalhoada dos corpos do local do massacre, além das necropsias, resta o exame policial balístico das

armas. As armas foram recolhidas, mas as cautelas "descartáveis" das armas do contingente de Paraupabas foram criminosamente destruídas - o que tomará impossível identificar os autores de muitos disparos.

O inquérito policial militar, chefiado por um coronel (engenheiro de formação), um escrivão e uma máquina de escrever (substituída no dia 24/4 por um computador que o escrivão não sabia operar), foi precário, incompleto. Conseguiu ouvir menos de quarenta pessoas. Apesar de um trabalho corajoso e meritório que está sendo feito pelos promotores e procuradores de justiça, dificilmente as carências do IPM poderão ser superadas.

O relatório apresentado é decepcionante. Não nos impressionemos com o fato dos 155 soldados e oficiais terem sido indiciados. Este é um estratagemma perfeito para diluir as culpas e criar condições para que ninguém possa ser acusado pelos crimes. A própria prisão do Cel. Pantoja, reduzindo o prazo para o IPM, contribuiu também para agravar as imperfeições da apuração. E não nos esqueçamos: qualquer que seja o seu resultado, suas conclusões serão examinadas por uma auditoria militar, presidida por um juiz civil, mas composta também por policiais militares. O foro militar tem sempre garantido a impunidade e nada indica que aqui será diferente, tão logo os 19 mortos comecem a sair das primeiras páginas dos jornais.

Sem a presença continuada do governo federal pressionando pelo



Velório dos companheiros mortos no massacre de Eldorado do Carajás

aprofundamento do inquérito nada garante que venha a ser driblada a impunidade tradicional no sul do Pará, onde 200 homicídios nos últimos 15 anos não foram julgados. O governo no Pará e em outros estados conflagrados não tem condições de exercer e não exerce nenhuma arbitragem sobre os conflitos sociais. Muitas vezes funciona como parte nesses conflitos, pela conivência ou pela omissão.

A violência ilegal é parte presente da ação do Estado, é fator banal na vida social: o massacre é regra da resolução do conflito. É indispensável que a polícia federal realize investigações paralelas e que a Procuradoria Geral da República acompanhe e colabore com inquéritos. A sociedade civil deve exigir apurações competentes e completas.

É inadiável assentar os sem terras submetidos ao terror do massacre em Eldorado do Carajás e as famílias daqueles que foram executados pela PM devem receber indenização civil.

O massacre comprova ser absolutamente urgente e necessário por fim à existência que é policiais militares julgarem policiais militares: é a justiça civil que tem de julgar os policiais que cometem crimes. Esta mudança está claramente indicado no Programa Nacional de Direitos Humanos, lançado pelo Presidente da República em 13 de maio deste ano. Este texto afirma várias vezes a proteção dos direitos dos sem terra contra o arbítrio e a violência. O governo federal, usando todos os

meios legais disponíveis, deve resgatar e fazer aprovar no Congresso Nacional a proposta contida no projeto do deputado Hélio Bicudo, que transfere a competência da justiça estadual das polícias militares para o juízo civil sobre os crimes comuns dos PMs - o que permitiria punir Carandiru, Corumbiara e Carajás.

Caso o governo federal não assuma a sua presença continuada nas áreas de conflito rural e impunidade, como no Sul do Pará, o funcionamento das instituições policiais e judiciais continuará a ser dominada pela submissão aos interesses locais. Fora desse cenário, todos os culpados ficarão impunes. Ao governo federal cabe assegurar, utilizando-se de todos os meios que prevê a Constituição Federal, a observância dos direitos humanos nos estados.

A sociedade civil tem esperança que o governo federal cumpra essa determinação constitucional, em consonância com todas as obrigações assumidas ao ratificar todos os tratados do direito internacional dos direitos humanos. Para tal objetivo todos devem mobilizar-se para impedir que descansem na impunidade os PMs e seus superiores, responsáveis pelos 19 mortos de Eldorado do Carajás.

\* professor de ciência política, coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da USP e diretor da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos.

*Jorge Neri*

## “A luta pela terra resgata a cidadania dos marginalizados”

*Numa região que tem sua história escrita com sangue de índios e camponeses, o MST surge como única alternativa de Justiça e Paz.*

*Jorge Neri entrou no MST em 93. Hoje faz parte da coordenação nacional e da direção estadual do MST-PA.*

**JST - Quando é que começou a luta pelos 43 mil hectares da Macaxeira?**

**Jorge -** Quando ocupamos a Fazenda Rio Branco, ainda em 95, nós pedimos ao INCRA nacional a desapropriação da Rio Branco ou da fazenda Macaxeira. Em novembro de 1995, o então presidente do Incra, Francisco Graziano desapropriou a Rio Branco, prometeu vistoriar a Macaxeira. Depois de 3 meses esperando pelo resultado, a vistoria deu que a área era produtiva.

Todos sabem que ela é improduti-va. Já foi considerada o maior latifúndio por extensão da América Latina. Já houve diversas denúncias de trabalho escravo e de assassinato de posseiros na Macaxeira. Localizada dentro dos municípios de Eldorado, Curionópolis e Paraupabas, que são centros comerciais, já será possível viabilizar os assentamentos. Como o governo não apresentou nenhuma solução concreta para as 3 mil famílias acampadas em Curionópolis, ocupamos a Macaxeira. É fácil resolver esta situação. Segundo o Instituto de Terras do Pará, a Macaxeira é pública, os donos só têm título de concessão e nunca pagaram imposto pelas terras.

**JST - Como é que começou a luta do MST no Pará?**

**Jorge -** O MST entrou no sul do Pará. De 90 a 92 o passou a entrar na região do Marabá. Nestas regiões a luta dos trabalhadores rurais era caracterizada pela luta de posseiros. Eles entravam na área, o dono descobria, agilizava o mandado de despejo via Judiciário e via polícia, e então ocorriam conflitos, onde a polícia era utilizada para matar posseiros. Na década de 70, essa luta de posseiros é levada pelos sindicatos de trabalhadores rurais, surgindo lideranças na região que levam a luta pela reforma agrária, sobretudo via CPT.

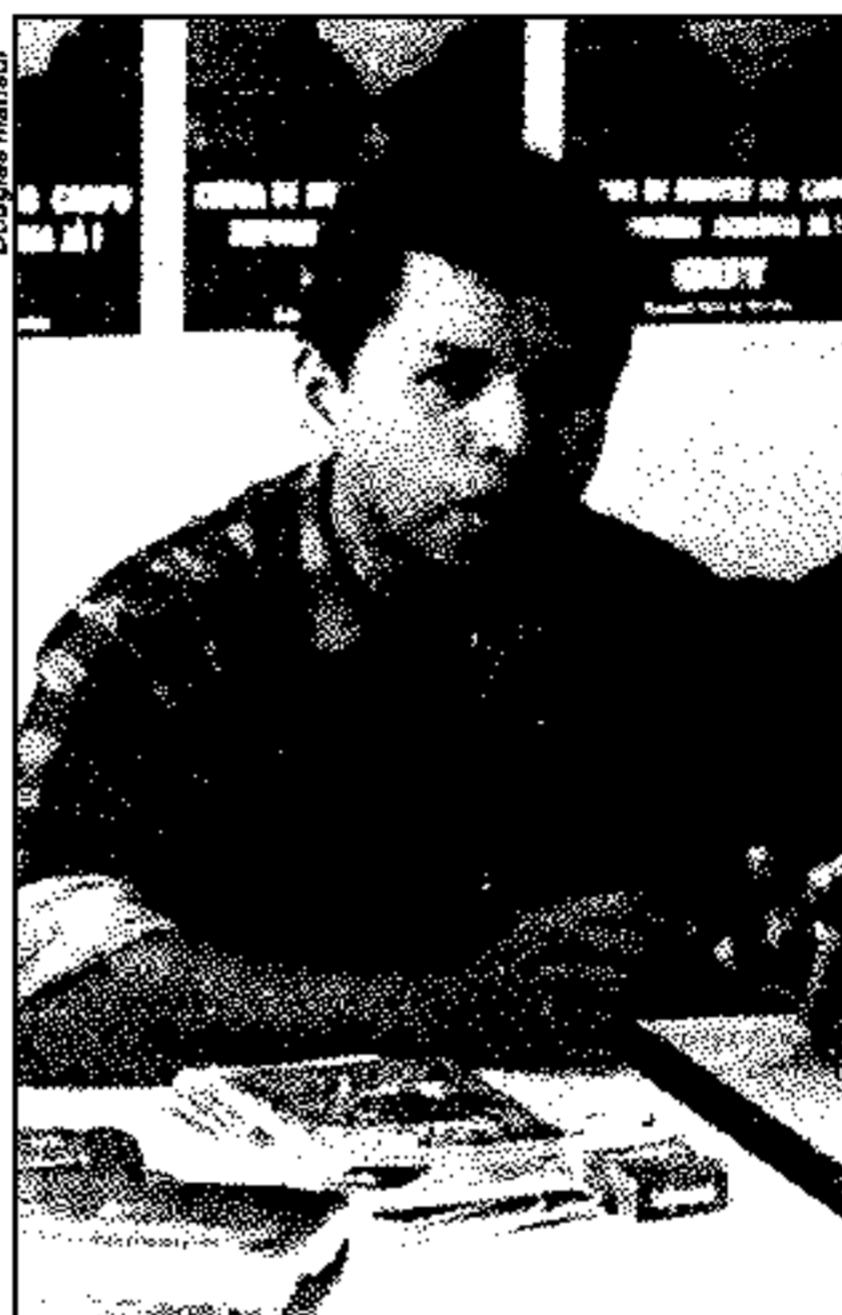
Acontece que o latifúndio, que antes matava indiscriminadamente todo mundo, começa a selecionar quem vai matar. Então, principalmente na década de 80, matam lideranças sindicais. Morre Arnaldo, morre Chico Mendes

no Acre, morre Expedito Ribeiro, morrem os irmãos Canuto, morre Batista, morre o advogado Paulo Fontelles... Assim, no final da década de 80, há uma ligeira baixa dos conflitos pela posse da terra. O objetivo do latifúndio de exterminar lideranças acaba funcionando. O MST surge nessa brecha, de compreender que a luta só seria possível se fosse massificada. Então, em 92, faz uma ocupação na fazenda Rio Branco com 500 famílias. Em 93 a gente ganha a área. Em 94 a gente massifica e faz uma ocupação lá no Cinturão Verde com 2.500 famílias que termina no assentamento Palmares, em novembro do ano passado, com 850 famílias.

**JST - É impressionante a capacidade de mobilização que vocês tem na região. Por que acontece isso?**

**Jorge -** É que já não há mais o que fazer na região. Não existe mais garimpo, que faliu; a Vale do Rio Doce não consegue gerar emprego, pelo contrário, demite pela introdução de novas tecnologias; a Usina de Tucuruí não emprega e a terra está concentrada nas mãos de poucos. Não há projeto econômico para o Norte do país. No entanto o Pará recebe fortes fluxos migratórios do Nordeste, do Maranhão, do Piauí, do Ceará.

Então, ou tu morres nas periferias da cidade, de fome ou de doença venérea, na prostituição ou na violência urbana que é enorme, ou entra no Movimento Sem Terra que te possibilita, além da terra, o reencontro com valores que até então haviam sido perdidos, como o companheirismo, a amizade, a noção de família, a noção de organização e respeito. Por outro lado, até 85 a região era considerada área de segurança nacional por ter tido uma guerrilha, a Vale do Rio Doce, a maior reserva mineral do mundo, uma ferrovia que liga o Pará ao litoral



*O assassinato dos sem terra acabou sendo visto como uma reação contra os pobres daquela região. E o MST acaba assumindo características maiores do que a luta pela reforma agrária, pois busca a cidadania.*

maranhense e por ter a Usina Tucuruí.

Há uma miséria do nível da Etiópia em volta da maior reserva mineral do mundo, que é a Serra dos Carajás, onde se encontra, ouro, ferro, bronze, cobre em quantidades que devem durar 400 anos de exploração. A situação é a expressão da política de exploração das riquezas que têm na região Norte do país, onde tudo é extraído para o exterior, onde você tira toda riqueza que existe enquanto potencial de desenvolvimento da região e larga lá o buraco, a miséria, a falta de saúde. É a região que tem o maior foco de malária e a maior incidência de prostituição infantil do mundo. O dejetos social está concentrado naquela região.

Lá a luta pela posse da terra significa a busca por um espaço que possibilite a segurança econômica mas também o resgate da cidadania. Nesta região o Movimento significa não apenas uma

reforma; pois a mudança do hábito organizativo da população, o encontro social desse agrupamento marginalizado significa uma ameaça política também. Nós estamos mudando os padrões de costume, o comportamento e as relações entre os seres humanos.

O latifúndio sempre significou a estrutura que consolida o poder político arcaico, reacionário. Todos os governos no Estado sempre expressaram o domínio das oligarquias rurais. O juiz é indicado pelo fazendeiro; o prefeito, os promotores, a polícia militar do estado é paga por eles, enquanto serviços de seus interesses. Tudo isso gira em torno do poder da concentração da terra. Em consequência, a ameaça de democratizar a terra pressupõe também democratização de poder.

**JST - Como ficou o clima do acampamento, depois do massacre. As pessoas não se assustaram e desistiram da luta?**

**Jorge -** Há um clima de revolta. O trauma nem sempre significa medo, significa lembrança que não dá para esquecer. Ele pode significar que nós não vamos esquecer nossos mortos, mas se não houver medidas sérias que punam os culpados pelos assassinatos, vamos entrar num processo de mobilização ainda maior de luta pela terra no Pará, do qual o MST pode não ter controle. A polícia é odiada na região. Nosso pessoal já perdeu tudo. A intervenção federal, a presença do exército apenas evita um mal maior. Se não ocorrer mudanças na legislação para punir a PM, o povo pode se organizar para fazer justiça. Só para você ter uma idéia, em vez de baixar, aumentou o número de pessoas que foram procurar o MST.

**JST - Depois do massacre?**

**Jorge -** O assassinato dos sem terra acabou sendo visto como uma reação contra os pobres daquela região. E o MST acaba assumindo características maiores do que a luta pela reforma agrária, pois busca a cidadania. Aquele povo vivia de cabeça baixa, não olhava para cima. Hoje, um camponês sem terra olha para cima, fala, grita e é capaz de ir para luta buscar aquilo que sempre lhe foi negado: terra, democracia e liberdade.

# As "promessas" do presidente

*Coordenação nacional se reúne com o Presidente da República*

No dia 2 de maio, uma delegação de 12 membros da coordenação nacional do MST esteve em audiência com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que se fez acompanhar pelo Ministro da Reforma Agrária, Dr. Raul Jungmann, pelo ex-Presidente do Inera, Dr. Raul do Valle, e pelo Chefe da Casa Militar, General Alberto Cardoso.

Em função do massacre de Eldorado do Carajás, os acontecimentos da Reforma Agrária se aceleraram. Caiu o Ministro da Agricultura, Andrade Vieira, e vinculou-se o INCRA à Presidência da República, através da criação do Ministério Extraordinário da Reforma Agrária.

Por outro lado, a sociedade brasileira, indignada com o ocorrido no Pará, passou a exigir com mais contundência a Reforma Agrária.

A coordenação nacional apresentou ao Presidente os pontos fundamentais para que seu governo prove que quer, de fato, fazer a Reforma Agrária:

## 1. Punir os responsáveis pelo Massacre de Eldorado de Carajás.

- Responsabilizamos o Governador Almir Gabriel, o Ministro da Justiça e exigimos prisão preventiva de todos os militares envolvidos no episódio.

- Denunciamos, também, a gravidade do Decreto 1775, que restabelece a demarcação das áreas indígenas. Isso deverá provocar novos massacres, inclusive no Pará.

- Exigimos a entrega imediata da fazenda Macaxeira às famílias acampadas.

## 2. Aprovação das três leis que acelerarão a Reforma Agrária.

1º Rito Sumário - permite ao INCRA se imitar na posse 48 horas depois de desapropriada uma área. Mesmo que o latifundiário recorra, no caso da área ser produtiva, recebe pagamento à vista, mas não interrompe mais o assentamento.

2º Lei que proíbe os Juízes de darem liminar de despejo coletivos em áreas de conflitos rurais, sem antes estabelecer um processo.

3º Lei que transfere os crimes cometidos pela PM para os Tribunais Cíveis.

Se o governo tiver vontade política, pode mobilizar sua bancada governista e conseguir aprová-los em curtíssimo prazo de tempo ou na pior das hipóteses, editar Medidas Provisórias.



Coordenação Nacional reunida com FHC no início de maio

## 3. Medidas Emergenciais

- Acelerar as desapropriações e recolher as terras dos fazendeiros devedores do Banco do Brasil para assentar prioritariamente as 37 mil famílias espalhadas em mais de 158 acampamentos em todo o Brasil.

- Reparar o INCRA, com a destinação de recursos humanos e financeiros necessários para cumprir a meta de assentamentos.

- Substituir a maioria dos superintendentes estaduais do INCRA, fazendo indicação de técnicos e pessoas vinculadas à Reforma Agrária.

## 4. Recursos para Assentamentos

- Desburocratizar e ampliar os recursos orçamentários do Procefa para mais 673 milhões reais.

- Garantir uma linha especial de crédito para agroindústria nos assentamentos, no valor de 40 milhões de reais.

## Posições do MST contrárias às medidas anunciadas pelo governo

Antes da audiência, o governo passou a divulgar pela imprensa algumas medidas para a Reforma Agrária. Veja porque o MST se colocou contra elas:

### Conselho Nacional

Na prática, este conselho seria um mecanismo a mais de burocratização. Reunir representantes de todos os segmentos sociais, inclusive latifundiários, para discutir Reforma Agrária, não representa uma medida democrática, mas apenas uma forma de entorpecer o pro-

cesso. O MST está disposto a dialogar sempre com o Governo e se propõe a reunir-se mensalmente com o Ministro para revisar as ações do Governo e apresentar nossas propostas.

### Ministério

O INCRA é e pode continuar sendo o organismo executor da Reforma Agrária. Basta a existência do Ministro Extraordinário, que acumule a função de Presidente do INCRA.

### Municipalização

A Constituição determina que a ação de Reforma Agrária seja feita pelo executivo federal. Achar que as Prefeituras têm capacidade e vontade política para realizar desapropriações de terra ou cadastrar sem terras é repassar o problema a outros organismos que, em vez de resolvê-los, terão mais desculpa para agravá-los. Pode-se imaginar como um Prefeito latifundiário vai se preocupar com Reforma Agrária, ou como se realizaria a seleção de sem-terras numa época eleitoral.

## O que aconteceu, na prática.

O debate em torno dos pontos apresentados foi franco, duro e responsável. O Presidente concordou com a necessidade de punir os responsáveis pelo massacre de Eldorado dos Carajás, mas defendeu seu Ministro da Justiça e a necessidade do Decreto 1775 que determina a revisão das áreas indígenas.

FHC comprometeu-se a mobilizar sua bancada para aprovar as três leis. Disse considerá-las propostas do Governo, mas que precisaria "negociar" com a bancada ruralista em troca de outras

vantagens. Alegou que, infelizmente, a democracia é assim: uma permanente relação de trocas. Também esquivou-se de utilizar o instrumento da Medida Provisória, alegando que não teria poderes para tanto.

Aceitou refazer a história da fazenda Macaxeira com uma comissão idônea de técnicos, já que a do Inera deu produtiva, embora na região todos saibam que ela não é.

Determinou ao Ministro Raul Jungmann que as famílias acampadas seriam assentadas prioritariamente, dentro da meta das 60 mil desse ano, e que o INCRA ajustasse suas metas estaduais com a situação dos acampamentos de cada estado.

Passado quase um mês da audiência a prática do Governo tem se revelado bem distinta da teoria. Dos 220 mil hectares desapropriados recentemente, cerca de 70% continua sendo no Mato Grosso e Maranhão, em áreas de fronteira agrícola e de posseiros. Não resolvem o problema dos acampamentos. Excessão foi a solução para o caso da fazenda Barriguda (MG), talvez por que é próxima à fazenda do Presidente.

Ao invés de acelerar, a bancada governista no Congresso passou a boicotar permanentemente a votação das três leis da Reforma Agrária. Pelo jeito, a oferta do Palácio do Planalto para a sua bancada ruralista continua em valer muito baixo.

Todos os superintendentes dos INCRAS continuam os mesmos. Diversos sob suspeita de corrupção, como o caso do Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Pará.

Em relação ao massacre do Pará, a imobilidade do governo é ainda mais preocupante. Os dois inquéritos estaduais realizados pela PM e pela Polícia Civil conduzem à impunidade total.

Depois que surgiu a denúncia de que o grileiro da fazenda Macaxeira também teria participado do massacre, o governo federal suspendeu a compra da área - o que é certo - mas não encaminhando nenhuma outra saída. E as famílias estão lá, sem nenhuma perspectiva. Nem mesmo a constituição de nova comissão de vistoria foi realizada.

Não houve medida em relação às áreas dos grandes devedores do Banco do Brasil. Ao contrário, na negociação do projeto da Previdência, a bancada ruralista incluiu um dispositivo para cancelar suas dívidas. O tamanho do calote será tão grande que coloca em risco o futuro do Banco.

Os trabalhadores debaixo das lonas pretas, perguntam-se: "Até quando teremos que agüentar as enrolações do governo?"

Paraná

# MST ocupa latifúndio de 83 mil hectares

A fazenda Giacometti-Marodin tornou-se palco da maior ocupação realizada pelo MST no Paraná. No dia 17 de abril, cerca de 3 mil famílias derrubaram as cercas deste que é o maior latifúndio do estado, com 83 mil hectares, localizado em Rio Bonito do Iguaçu.

Homens, mulheres e crianças sem terra, que se encontravam acampadas na beira da PR 158, caminharam 13 km na madrugada do dia 17 de abril, mesmo dia marcado hoje na história pelo massacre de Eldorado dos Carajás. Antes de cortar o arame farpado, estas famílias sem terra se juntaram com as que vieram de outro acampamento localizado em Saudades do Iguaçu.

Os donos da madeireira Giacometti-Marodin entraram com pedido de reintegração de posse na Comarca da Laranjeiras do

Sul. O processo ficou parado na Justiça, a pedido do INCRA, que solicitou 30 dias para realizar vistorias na área. O juiz Marco Antônio Antoniasse declarou para a imprensa que não vai tomar nenhuma decisão, até que se cumpra o prazo solicitado.

O acampamento tem recebido grande solidariedade da sociedade paranaense. É visitado continuamente por entidades públicas e organizações sociais, que levam doações de alimentos para as famílias sem terra. Aqueles que não podem se fazer presentes mandam suas doações e suas mensagens de apoio.

No dia 19 de abril o acampamento realizou uma assembléia na qual participaram deputados, representantes do governo, juizes, promotores, o prefeito e o delegado de polícia de Rio Bonito, assim como representantes de sindicatos e entidades populares de diversas regiões.



Assembléia na ocupação da Fazenda Giacometti-Marodin

## Tiros contra sem terras

Desde o primeiro dia da ocupação da fazenda Leão, em Santa Maria do Oeste, os companheiros acampados vem sendo vítimas de constantes atentados à bala por jagunços contratados pelo fazendeiro. ... de 9 anos foi baleado nas costas e ...30 anos, levou um tiro de raspão no queixo. Estes tiros foram dados a cerca de 300 metros de onde as famílias estão acampadas na fazenda de Leonidas Hey.

Segundo alguns trabalhadores, os disparos são dados pela manhã ou quando cai a tarde. Os pistoleiros alojados na fazenda também atiram para amedrontar, quando o acampamento recebe visitas de apoio.

Depois das insistentes exigências dos companheiros, exigindo proteção, foi nomeada uma comissão especial para averiguar o caso e negociar o assentamento das famílias. No dia 7 de maio, esta comissão esteve presente no acampamento e esteve na promoção pública de Pitanga, reunindo-se com sem terras, com o prefeito e o delegado de polícia de Santa Maria do Oeste. As autoridades locais assumiram o compromisso de desarmar os jagunços e negociar com o fazendeiro para não agravar a situação. Para avaliar a produtividade foi solicitado que a área fosse imediatamente vistoriada pelo INCRA.

(Chico Chileno)

## Sempre é tempo de aprender... e ensinar

Este é o lema da campanha de alfabetização de jovens e adultos que o setor de educação do MST está desenvolvendo junto aos assentamentos do Paraná, através de um convênio assinado com a secretaria de educação do Estado, no dia 12 de abril.

O Movimento Sem Terra do Paraná conta com 9 mil assentados, dos quais 80% são analfabetos ou semi-analfabetos. Por este motivo, desde 1990, o setor de educação do MST vem tentando encaminhar junto ao governo estadual um projeto de alfabetização de jovens e adultos nos acampamentos e assentamentos. Após várias discussões com a secretaria de educação, foi

fechado o acordo.

Este projeto prevê a contratação de monitores, 6 coordenadores regionais e coordenadores estaduais. Foram escolhidas 5 regiões prioritárias, nas quais se realizaram levantamentos das turmas e cursos e capacitação para os monitores.

As aulas se iniciaram com 73 turmas com 25 a 40 alunos aproximadamente. O mês de junho se realizará a capacitação restante dos monitores. Para trocar experiências, também participaram deste e dos monitores de Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

(Marina e Fernanda)

Pernambuco

## MST denuncia irregularidades na desapropriação da Normandia

Depois de 14 companheiros ficarem 10 dias em greve de fome, na superintendência estadual do INCRA, o MST obteve a desapropriação de 8 áreas, prometidas no acordo feito com Raul do Valle, em 13 de fevereiro deste ano.

Além disso, os sem terra arrancaram uma nova vitória na fazenda Normandia, cujo processo de desapropriação se arrasta há anos.

Há tempos o MST vem denunciando suas irregularidades. Embora a Normandia tenha 1.000 ha, o processo a coloca como tendo 569 ha. Em 1993, o IBAMA, a pedido do proprietário, elaborou um parecer contrário à desapropriação da área com um relatório falso, anexando-o nos autos do processo.

Em setembro do ano passado, com a substituição do superintendente do INCRA, o proprietário declarou em cartório 190 hectares como reserva permanente, mesmo sem reconhecimento do IBAMA.

Além disso, o proprietário foi orientado a maquiagem o imó-

vel como produtivo e a incluir fotografias da casa sede e da igreja para aumentar seu valor.

O MST realizou estas mobilizações para pressionar o INCRA a agilizar e efetivamente desapropriar a fazenda Normandia. Deste processo dependem 55 famílias, que há três anos vivem em acampamentos, esperando a oportunidade para transformar uma fazenda abandonada em uma terra produtiva e útil para toda a sociedade.

### Novas ocupações

No dia 19 de abril, 130 famílias recuperaram a fazenda Jussara, no município de Gravataá. A fazenda tem 730 ha no mesmo dia, 600 famílias ocuparam o engenho Bonito, no município de Condado. A área tem 1.200 ha improdutivo.

Na madrugada do dia 22, 560 famílias ocuparam 2 fazendas: a Riachão, com 1.440 hectares, e a Brejão, com 800 ha. As duas estão localizadas lado a lado e são completamente improdutivas.

Goiás

## MST volta a ocupar fazenda em Itaberaí

Pela segunda vez, em menos de três meses, a fazenda Santa Rosa, no município de Itaberaí, foi ocupada por dezenas de famílias sem terra. Ignorando uma ordem de despejo expedida pelo juiz, em final de março, eles voltaram a ocupar a área na tarde do dia 12 de maio.

Os advogados dos donos da Santa Rosa solicitaram ao juiz que requisite força policial para desocupar a fazenda.

Na primeira ocupação, ocorrida em março, as famílias foram despejadas após uma tensa negociação com a PM. O grupo se instalou em uma pequena área, às margens do Rio Urui, a menos de 2 km da área, aguardando que o INCRA vistoriasse os 1,5 mil alqueires da fazenda.

Como até então a vitória não havia sido encaminhada, os sem terra voltaram a ocupar a Santa Rosa, agora em uma área de acesso ainda mais difícil que a ocupada anteriormente. Próximo aos barracos do acampamento, espalha-se a per-

der de vista uma plantação de cupim abandonada, que já se tornou impróprio para o consumo do gado.

Os acampados de Itaberaí reivindicam que o presidente nacional do INCRA e ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, venha pessoalmente negociar com eles. O MST alega que o INCRA de Goiás está há quatro meses para fazer a vistoria na fazenda e não está sendo ágil no processo de notificação dos proprietários da Santa Rosa. O superintendente do INCRA-GO, Lázaro Vilela, pediu novo prazo aos sem terra para vistoriar a fazenda. Segundo ele o órgão vem tentando sem sucesso obter a autorização dos donos da Santa Rosa para efetuar a vistoria. Ele frizon que se for preciso notificar judicialmente, a vistoria pode demorar ainda mais.

Se o juiz determinar novo despejo, o Cel. Nunes, da PM, declarou que irá executá-la, alegando que os sem terras estão desobedecendo uma ordem judicial.

Distrito Federal

## MST intensifica lutas na capital do país

A conquista da fazenda Barriguda, desapropriada recentemente pelo governo, foi o resultado da intensificação das lutas do MST no Distrito Federal.

Além de reivindicar Reforma Agrária e protestar contra o massacre do Pará, os sem terra acompanhando índios e servidores públicos em suas mobilizações, ocuparam constantemente a Esplanada dos Ministérios, a frente do Ministério da Agricultura, ao Palácio do Planalto, com suas bandeiras e acampamentos. Estas mobilizações deixaram bem claro ao governo que o MST não iria deixar a capital do país de mãos vazias.

### Novo acampamento

Nos dias 22 a 24 de abril, o MST formou um novo acampamento com 500 famílias sem terra, na Fazenda Sarandi. Os acampados entregaram duas pautas de reivindicações às autoridades locais. Este acampamento mostrou a sociedade do Distrito Federal que os trabalhadores rurais sem terra que migraram para Brasília, expulsos de suas terras e estacionados em Buarque, apresentam soluções para suas reivindicações. Existe muita terra devolvida para a sociedade de distribuí-la.



Sem terras acampados em frente ao Palácio do Planalto

Bahia

## MST ocupa duas áreas simultaneamente

Além de vaiaar o Presidente FHC em Porto Seguro, o MST baiano intensificou as mobilizações nestas últimas semanas, mobilizando cerca de 950 famílias. Em Santo Amaro, a 71 km de Salvador, 450 famílias derrubaram as cercas da fazenda Nova Suíça, de 2.700 hectares.

Em Vitória da Conquista, 320 famílias ocuparam a fazenda Olho D'água do Mutum, com 2.600 hectares. Nesta região, o MST mantém 8 acampamentos.

Na região de Itabuna, 150 famílias sem terra ocuparam uma área do antigo Instituto do Cacau, a fazenda Nova Alegria, com aproximadamente 300 hectares.

Segundo a CPT, no ano passado, a Bahia teve 43 conflitos pela posse da terra. Só neste ano, já ocorreram 21 deles. Esta situação indica que está havendo um aumento das tensões por conta da morosidade dos processos de assentamento e o aumento do número de famílias sem terra, resultado do crescente desemprego na região.

O próprio Incra reconhece que duas regiões são

potencialmente conflituosas: a Chapada Diamantina e o Extremo Sul, particularmente nos municípios de Prado e Wagner.

Em Wagner, o MST trabalha com 700 famílias que permanecem acampadas à espera de solução para a definição da posse da fazenda São Sebastião de Utinga, com 2.900 hectares.

Em Prado, o conflito envolve um processo litigioso com a empresa Belgo Mincira, proprietária da fazenda Rosa do Prado, onde estão 500 famílias espalhadas em 5.025 hectares. Em 31 de janeiro deste ano, O INCRA deu imissão de posse em favor das famílias, depois de dois anos de briga na Justiça, mas uma liminar assinada no Tribunal Federal de Recursos, em Brasília, reverteu todo o processo e parou o assentamento, aumentando o nível de tensão na área.

Até o final do ano estão previstos os assentamentos de 4.400 famílias. Segundo o INCRA, por enquanto existem 68 projetos divididos em 78 áreas passíveis de desapropriação para efeito de reforma agrária.

## Índice

- Os fatos - *pág. 2*
- A impunidade - *pág. 3*
- O que fazer - *págs. 4 e 5*



# Chega de MASSACRES

Eldorado do Carajás, 17 de abril de 1996

## Carta aos brasileiros

Depois de anos e anos de crise, as cidades perderam o aspecto de comunidades humanas. Estão se desintegrando. Cada vez mais gente bate à porta, mas já não há porta. E quem pôs o pé dentro das cidades e nelas disputa o tempo de suas vidas, vai se dando conta de que os ricos se cercam nos seus condomínios protegidos por cercas eletrificadas e guardas armados. E de lá vigiam seus bens. E dentro delas criam seus filhos: os filhos do medo. Aqui fora os pobres disputam um emprego mal pago, ou se convertem em camelôs, tentando vender nas calçadas a quinquilharia que poucos podem comprar. E milhares de pessoas que vieram do campo ou foram despejadas dos seus postos de trabalho na indústria ou no comércio só encontraram lugar sob os viadutos ou sob as marquises dos edifícios.

Os governos se sucedem, espalmam a mão em compromissos que não cumprem. E a crise que golpeia a maioria da população brasileira se aprofunda. Mas, não se enganem. Os governos têm sido fiéis aos compromissos que assumiram com os seus sustentadores: os latifundiários não têm do que reclamar, nunca na história do Brasil

tanta terra esteve nas mãos de tão pouca gente. Os banqueiros não têm do reclamar, nunca se despejou tanto dinheiro público para socorrer banqueiros privados. E não há setores mais parasitários na economia. A mão espalmada como sinal dos compromissos sociais foi apenas um aceno aos eleitores no curto período da campanha. O governo Fernando Henrique tem sido, desde o dia da posse, o governo dos ricos.

Nos últimos vinte anos, os trabalhadores rurais empunharam a bandeira da Reforma Agrária que estava escondida entre seus guardados e esperanças no fundo do baú ou do peito, desde o massacre das Ligas Camponesas. Hoje essa bandeira é sinal. Ilumina de vermelho o negro e as cinzas dos acampamentos. É sinal de sítio ou de terra ocupada. Terra libertada para produzir. Nos últimos dez anos de lutas, o Movimento dos Trabalhadores

Sem Terra fez dessa bandeira de alguns a bandeira de centenas, de milhares, de milhões. A bandeira da Reforma Agrária deixou de ser uma bandeira dos Sem Terra. Passou a ser a bandeira de todos os brasileiros que

se recusam a aceitar que seres humanos se obriguem a comer nos latões de lixo das grandes cidades.

Essa bandeira é sinal de partilha. Sinal de produção. De crianças alimentadas. Sinal do aprendizado essencial da liberdade. Nega a submissão, luta pela cidadania. Cidadão é o homem e a mulher que recusa o viaduto, que recusa se dissolver entre os detritos e perder sua humanidade. Ainda que para isso tenham que enfrentar as balas dos latifundiários e da polícia, como em Eldorado do Carajás. O vermelho dessa bandeira, porém não é apenas sinal do sangue dos que deram a vida pela liberdade da terra, como o lugar onde se produz o pão. É sinal de alegria e esperança de trabalhadores que conhecem o sofrimento profundamente e exatamente por isso sabem medir o significado das pequenas vitórias. As pequenas vitórias ao longo dos últimos dez anos se converteram numa grande vitória: a bandeira da Reforma Agrária é hoje empunhada por milhões de trabalhadores de uma sociedade que finalmente compreendeu que sem ela não venceremos a miséria das cidades e a exclusão social. Que sem ela não construiremos uma sociedade moderna e democrática.

—Pedro Tierra



# Um massacre planejado

## A região de Marabá

A região de Marabá é a porta de entrada das terras da Amazônia. É lá que desembocam a ferrovia Carajás e as estradas que sobem de Tocantins (Belém-Brasília) e vêm de Imperatriz rumo à Transamazônica. É o desaguadouro de milhares de camponeses em busca de terra. Há ainda os contingentes atraídos no passado pela ilusão do garimpo ou de algum emprego na Cia. Vale do Rio Doce, que domina a exploração de minério. Milhões de hectares de terra desta região foram grillados, antes para a exploração de madeira e agora para algumas pastagens próximas às rodovias. A maior parte destas áreas permanece improdutiva.

## O início do acampamento

Neste cenário, em setembro de 1995, formou-se um acampamento com mais de 2 mil famílias à beira da estrada, junto à cidade de Curionópolis. Em seguida esteve na região o então presidente do Inca, Francisco Giraziano, que prometeu fazer vistoria na fazenda Macaxeira, e desapropriação, desde que os sem terras não a ocupassem. As famílias cumpriram o acordo e continuaram acampadas na beira da estrada, enquanto equipes de vistoria realizaram o trabalho. O abandono das áreas que compõem o complexo de 11 imóveis da fazenda Macaxeira, que totalizam 42 mil hectares, era tão grande que dificultou até a vistoria. Mesmo tendo a área apenas algumas pastagens e a mata já depauperada pela extração de madeira de valor, as equipes de vistoria do Inca atestaram que a área era produtiva. Mais uma corrupção flagrante, somada às incontáveis irregularidades administrativas do Inca do Pará.

## Março de 1996

Cansados de esperar por soluções e promessas do Inca, as famílias acampadas resolveram ocupar, no dia 5 de março, a fazenda Macaxeira. Embrenharam-se alguns quilômetros mata adentro e formaram um novo acampamento. No mesmo mês, em Belém, a Federação dos fazendeiros se reuniu com o governador e o secretário de segurança, levando diversos presidentes de sindicatos dos fazendeiros da região. Na reunião exigiram repressão ao MST e entregaram uma lista de 19 pessoas que deveriam desaparecer para voltar a "paz" na região. Eram os líderes do MST. Enquanto isso, novas negociações foram feitas com o Inca, que prometeu desapropriar a Macaxeira, se os trabalhadores deixassem a área. Os sem terra aceitaram. Passaram-se 15 dias e nenhuma solução. Os trabalhadores novamente acampados na beira da estrada resolveram, em assembléia, seguir em caminhada rumo a Belém (distante 800 km) para sensibilizar o governo. A caminhada começou no dia 10.

## Em Eldorado do Carajás

No dia 16 de abril, no km 95 da PA-150, próximos à cidade de Eldorado do Carajás, os sem terra resolveram parar e bloquear o trânsito, que, aliás, é pouco denso (alguns caminhões de madeira e gado) exigindo negociações. Queriam basicamente comida, pois estavam famintos. O major Oliveira, da PM de Parauapebas centralizou as negociações e garantiu que, se o trânsito fosse liberado, no outro dia o governo estadual enviaria alimentos e cerca de 50 ônibus para que se dirigissem a Marabá, a 100 km dali, onde haveria negociações com o superintendente e o presidente do Inca. Enquanto isso, na capital, reuniram-se o governador do estado, Almir Gabriel, seu secretário de segurança, Paulo Sette Câmara, o superintendente estadual do Inca, Walter Cardoso, e o presidente do Iterpa (Instituto de Terras do Pará), Ronaldo Barata. Decidiram tirar os trabalhadores da estrada de "qualquer maneira" e passaram a ordem para os dois comandantes da PM em Parauapebas e em Marabá.

## Dia 17 de abril

Às 11 horas, outro oficial da PM, o Tenente Jorge, chegou ao acampamento para dizer que o governo romperia o acordo e que não viria mais comida. Em protesto, os trabalhadores voltam a bloquear a rodovia e permaneceram no acampamento. Às 16 horas chegaram diversos ônibus. Os acampados foram para a estrada imaginando que o governo havia mandado os veículos para os levarem a Marabá. No entanto, eram os batalhões de Parauapebas e Marabá, que chegaram cada qual de um lado da rodovia, en-

cerrando as pessoas. Vieram jogando bombas de gás lacrimogêneo. As pessoas responderam com pedras e paus. Neste tumulto, Amâncio Rodrigues da Silva, o "Surdinho", não pôde ouvir os gritos para fugir quando os policiais chegaram. Levou um tiro no pé e ficou caído. Depois, recebeu um tiro na cabeça. Ao verem sua execução, os sem terra se revoltaram e começaram a jogar paus e pedras e a atirar com seus poucos revólveres. Os policiais revidaram com metralhadoras. Depois do tiroteio e já com o acampamento em debandada, começaram as execuções. O saldo: 19 mortos e pelo menos sete desaparecidos. Há testemunhas que dizem terem visto duas mulheres e quatro crianças serem mortas, mas seus corpos não apareceram.

## Planejamento e comemoração

Os comandantes da PM receberam ordens expressas do governador para desocuparem a área a qualquer preço. Os soldados foram para a operação sem a identificação no uniforme. Ao retirarem as armas e munições dos quartéis não foram anotadas as fichas, que comprovam com quem estava cada arma.

As tropas encerraram os trabalhadores, portanto não pretendiam apenas desobstruir a estrada. Muitos foram presos dentro de seus barracos ou já correndo no mato. Depois apareceram mortos. Pedro Alípio, motorista de um ônibus utilizado pela PM testemunhou que pelo menos dois jagunços de fazendeiros vestiram a farda da PM dentro do ônibus. Também disse que o coronel Mário Pantoja, comandante da PM da Marabá, e um dos chefes da operação, pediu aos soldados que não comentassem o massacre. "Missão cumprida. E ninguém viu nada", exigiu o coronel. Alípio disse que também viu serem levados neste ônibus dois lavradores feridos e algemados. Foram levados ao quartel de Marabá e, provavelmente assassinados, pois não há registro de sobreviventes detidos no quartel.

Os médicos legistas do IML de Marabá haviam dado laudos genéricos, sem especificar as formas que as pessoas foram mortas. O médico legista da Unicamp, Nelson Massini, depois de uma intervenção do Ministério da Justiça, teve acesso aos corpos que já estavam nos caixões e refez os laudos. Massini comprovou que muitos foram mortos depois de imobilizados, alguns com suas próprias ferramentas. Segundo várias testemunhas, Oziel Pereira, um dos líderes do MST, foi arrancado de um barraco, preso, amarrado em uma camionete e torturado por mais de quatro horas. Foi morto ao ser levado para o hospital, executado com um tiro no ouvido e a golpes de baioneta.

## Testemunhas mostram que crianças e mulheres foram mortas no massacre do Pará

Na hora do massacre dos sem-terra, em Eldorado do Carajás, no Pará, as professoras Ana Azevedo e Conceição Holanda estavam em um ônibus retido pelo bloqueio. Elas viram corpos de sete crianças, um adolescente e uma mulher estendidos no chão. Ana Azevedo relatou que "mesmo depois de ter dispersado o pessoal, a polícia continuou atirando".

O Movimento dos Sem-Terra apresentou uma lista com sete nomes de pessoas assassinadas que foram postas pela polícia numa camionete D-20, conforme testemunhou o próprio motorista do ônibus que transportou os policiais e outras testemunhas, que partiu em direção à Marabá e que nunca

mais foram vistas. O motorista do ônibus relatou ainda que dois feridos foram levados algemados para dentro do ônibus e levados para ao quartel. Segundo ele, o coronel Pantoja, após o massacre, comemorou: "Missão cumprida. Ninguém viu nada".

Sobre a morte, com um tiro na cabeça, do líder dos sem-terra, Oziel Alves Pereira, a promotora Regina Taveira afirmou que não existem mais dúvidas que foi assassinado: "Oziel estava dentro do barraco e foi tirado de lá por um policial militar puxado pelos cabelos".

O MST denunciou que o tenente França, um dos assassinos de Oziel, está ameaçando de morte as testemunhas do massacre.



## Outro crime sem culpado?

O desempenho das autoridades na condução da investigação do massacre de Eldorado do Carajás indica que esse caso tende a se somar à longa lista de impunidades que tradicionalmente acoberta os crimes contra os trabalhadores sem terra. Tende a se somar à longa lista de perseguições policiais-judiciárias contra esses mesmos trabalhadores. Mais uma vez a investigação dos fatos foi deixada a cargo de colegas de corporação dos policiais criminosos, sob abrigo da lei que determina que os crimes cometidos por policiais militares serão julgados pela Justiça Militar.

Esse fato trouxe, até agora, as seguintes decorrências: 1º) A Justiça Militar do Pará negou o pedido de prisão preventiva do Comandante da Polícia Militar e do coronel Mário Pantoja, comandante do destacamento de Marabá, formulado por um promotor de justiça. Para isso, contou-se com a colaboração do Promotor Geral de Justiça do Estado do Pará, que desautorizou e levou ao afastamento do promotor de justiça que formulou o pedido, e pediu ele próprio que a Justiça negasse o pedido de prisão preventiva.

2º) O governador do Estado do Pará, convenientemente, ordenou o recolhimento do major Pantoja à sua residência, a título de prisão administrativa domiciliar, visando que o IPM tivesse que ser concluído no prazo de 20 dias, conforme estabelece o Código de Processo Penal Militar. Embora o major Pantoja não estivesse preso em decorrência do inquérito, e sequer tivesse sido nele indiciado, a Justiça Militar se apressou em declarar que o prazo para conclusão do IPM era o de vinte dias. E o coronel Vieira, que presidia o inquérito, deixou de pedir prorrogação de prazo, embora a lei autorize.

3º) A realização de diligências para a responsabilização dos criminosos foi, também, criteriosamente evitada pelas autoridades, de modo a permitir a consolidação da impunidade dos assassinos.

Cuidaram os envolvidos de prejudicar a produção de prova técnica do crime que praticaram. Assim é que, a não ser pela intervenção do legista enviado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, ter-se-ia passado para os autos exames periciais deformados, dando os trabalhadores como mortos em situação de conflito. Mas o laudo pericial elaborado pelo legista Nelson Massini foi capaz de indicar com exatidão os ferimentos sofridos pelos lavradores, comprovando a execução de pessoas já submetidas à autoridade policial.

Se já antes do massacre o major José Maria



Os trabalhadores mortos poderão ser os únicos incriminados

Oliveira, comandante do destacamento de Parauapebas tomou o cuidado de determinar ao armeiro do quartel que entregasse as armas sem registrar a quem eram fornecidas, a fim de que não se pudesse identificar posteriormente os assassinos, as armas entregues aos policiais militares que saíram de Marabá foram todas relacionadas e elaborados os recibos (cautelas).

Ao ser informado que inexistiam as cautelas das armas de Parauapebas, informou-se que também as de Marabá estavam desaparecidas. Contudo, o advogado do MST, Carlos Amaral Júnior, localizou entre papéis que o major Vieira, presidente do IPM, acumulava, aquelas cautelas que se dizia estarem desaparecidas. A perícia das armas começou prejudicada.

As autoridades policiais e também os promotores, deixaram de realizar diversas diligências essenciais para apuração da verdade e responsabilização dos criminosos. Não se fez, por exemplo, colheita de material para exame de verificação de resíduos de pólvora nas mãos dos policiais militares. Esse procedimento e a inexistência das cautelas do destacamento de Parauapebas, permitem que não se possa, pela prova técnica, determinar que policiais atiraram. Fato que é mais importante quando o IML do Pará afirma que cerca de 40% das armas apresentadas para exame não foram utilizadas. Muitos dos lavradores executados sofreram golpes de arma branca.

Apesar disso, as autoridades não recolheram para exames os fardamentos dos PMs, o que permitiria levantar vestígios de sangue indicativos de que policiais teriam praticado os crimes, pelo exame de tipo sanguíneo. O exame pericial do local do crime foi recusado pelas autoridades e a reconstituição do crime foi recusada pelo major presidente do IPM sob o pretexto de que redundaria em "gastos excessivos".

Os peritos judiciais que não foram capazes de fa-

zer exame de comprovação de resíduos de pólvora nas mãos dos assassinos, produziram laudos que as vítimas realizaram disparos de arma de fogo. Embora seja evidente a possibilidade de que policiais militares tenham realizados tais disparos com a arma segura com as mãos dos mortos, tal fato por si só serve para demonstrar que a preocupação de todas as autoridades tem sido, até agora, a de lançar a culpa sobre os trabalhadores que, afinal - conhecendo-se nossas polícias, nosso Ministério Público, nosso Judiciário e nossos governantes - , poderão vir a ser condenados por terem sido mortos, feridos, causando dano à imagem da PM e desperdício de sua munição.

O trabalho de individualização dos policiais militares autores dos homicídios e tentativas não seria dos mais difíceis, pois centenas de trabalhadores

a tudo assistiram. Embora os policiais criminosos, seguindo criminosas ordens de seus não menos criminosos comandantes, tivessem tirado as identificações dos uniformes, poderiam ser identificados pelos sobreviventes. Há ainda o descaso do presidente do IPM e do Ministério Público, que sequer se deslocou ao local onde se encontravam acampados os trabalhadores, quando teria a oportunidade de, numa só jornada, colher dezenas de declarações. Finalmente, consuma-se o prejuízo à produção de provas, pela omissão de realização de diligências de reconhecimento e acareação das testemunhas com os policiais. O descaso se demonstra total, quando se tem que promotores e presidente do inquérito sequer providenciaram - embora os advogados do MST o pedissem insistentemente - a requisição dos prontuários dos policiais militares envolvidos para a elaboração de álbum fotográfico. Testemunhas afirmam que os comandantes do destacamento criminoso haviam alugado suas armas e estavam a mando de fazendeiros locais.

Permanecendo em mãos da Polícia Militar a condução das investigações e nas mãos do Ministério Público paraense o acompanhamento de tais trabalhos e cabendo à Justiça Militar paraense a competência para julgamento dos envolvidos no massacre, fatalmente permanecerão impunes os criminosos e se aprofundará a descrença na Justiça e na possibilidade de solução democrática dos conflitos. É imperativo, por isso, que seja aprovado o projeto do deputado Hélio Bicudo que retira da Justiça Militar a competência para julgar os policiais militares criminosos, bem como que seja transferida para a Justiça Federal o julgamento dos crimes contra os direitos humanos, particularmente os crimes coletivos, praticados no bojo de conflitos sociais.

Luiz Eduardo Greenhalgh - Advogado do MST

# O que fazer para garantir punição e fim da violência

Depende de cada cidadão brasileiro não deixar o massacre de Eldorado do Carajás cair no esquecimento e virar apenas mais um triste episódio da história de crimes não punidos no nosso País. Cada companheiro, militante, cidadão e cidadã, estudantes, religiosos, todos podem dar a sua contribuição.

## 1- Participar

Muitos bairros, sindicatos ou escolas estão organizando encontros, debates, pequenas manifestações. Fique atento e participe. Organize um Fórum pela Reforma Agrária no seu município ou região. Procure informações com o Movimento Sem Terra (011) 864.8977 ou Secretaria Agrária Nacional do PT (011)

223.7999. Está sendo organizado um abaixo-assinado pela aprovação de três leis fundamentais à reforma agrária e pela prisão dos responsáveis pelo massacre de Eldorado do Carajás. Ajude a coletar assinaturas.

No mês de maio participe das atividades do Grito da Terra. Procure informações no Sindicato dos Trabalhadores Rurais da sua cidade ou em qualquer sindicato filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

## 2- Pressionar o governo

Existem três leis que precisam ser aprovadas para fazer avançar a luta pela reforma agrária e evitar novos conflitos: 1- lei do Rito Sumário, do deputado José Fritsch (PT/SC) que permite que os novos donos (os sem-terra) tomem pos-

se em 48 horas após o governo desapropriar a terra; 2- lei que dificulta a concessão de liminar de despejo por parte dos juízes e torna obrigatória a presença de um representante do Ministério Público nas áreas de despejo em caso de conflito de terra (dep. Domingos Dutra - PT/MA); 3) lei que transfere o julgamento dos crimes cometidos pela PM para a justiça comum (dep. Hélio Bicudo - PT/SP). Devemos pressionar o governo federal para que mobilize sua bancada para a aprovação imediata das três leis, que estão em tramitação no Congresso.

Para isso propomos que todos (você, também) enviem fax ao Presidente da República (061) 226.7566, exigindo do governo que coloque sua bancada para aprovar estas leis. Outras pessoas que devem receber fax exigindo a aprovação das

três leis: senador José Sarney (061) 321.7333, Luís Eduardo Magalhães, presidente da Câmara dos Deputados (061) 225.3495, deputado José Luís Clerot (061) 318.2938.

## 3- Pressionar deputados e senadores

Pressionar cada deputado federal e senador da sua região, através de cartas, pronunciamentos em público nas escolas, igreja e rádios, responsabilizando-os pela aprovação ou não destes projetos tão importantes para o país e para a garantia dos direitos humanos. Você pode mandar uma carta, por exemplo.

## 4- Mobilizar

Mobilizar as Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais pela aprovação das três leis.

Os parlamentares municipais e estaduais podem e precisam ser pressionados também. Por que assim eles acabam repassando essa pressão para os deputados federais e senadores dos seus partidos.

## 5- Divulgar, lembrar

1. Recordar o massacre, sempre que possível, realizando atos públicos, assembléias, atos ecumênicos e outras formas de homenagem aos mortos. Isso pode ser feito ao fim dos primeiros 30 dias, dois meses depois, três meses depois, etc.

Utilize todos os espaços aos quais você tiver acesso: mural de escola, de trabalho, conversa com os amigos, adesivos, programas de rádio, cartas para serem lidas nas rádios, arti-

gos em jornais, revistas, cursos, etc...

Procure pessoas que têm acesso aos meios de comunicação e converse com elas para que escrevam artigos de apoio à reforma agrária.

2- Colocar sinal de luto (faixa preta, bandeiras, etc...) em locais públicos, de muita circulação.

3. Proponha ao vereador da sua cidade projeto de lei que destine determinada área pública para construção de um monumento pela reforma agrária e contra a impunidade, lembrando o massacre do Pará. Pode-se propor a algum artista local o projeto de um monumento e transformar este processo em fato político local.

## Produção: o outro lado da luta do MST

Acostumados a ouvir falar dos sem-terra pelas incontáveis ocupações promovidas no Pontal do Paranapanema, pouca gente irá associá-los a um desfile de tratores. No entanto, no dia 15 de maio, a cidade de Teodoro Sampaio assistiu ao desfile de 50 tratores e 270 implementos agrícolas adquiridos pelos assentados da região, graças à liberação do Proceca (Programa de Crédito Especial de Reforma Agrária).

Mas não é só no Pontal do Paranapanema que podem ser vistos os resultados do esforço organizativo do MST para incrementar cada vez mais a inserção dos assentados no mercado.

Só neste mês de maio foram inauguradas duas agroindústrias. Uma no assentamento da fazenda Reunidas, em Promissão-SP, e outra no assentamento da fazenda Anonni, em Sarandi, no Rio Grande do Sul.

Em Promissão, a Cooperativa de Produção Agropecuária Pe. Josimo Tavares (Copajota) comemorou os quatro anos de fundação no dia 10 de maio, data em que também se completa 10 anos do assassinato de Pe. Josimo. Além de lembrar um dos inspiradores de sua luta, os 50 associados desta co-

operativa inauguraram nesta data um defumador para produzir embutidos, como lingüiça e outros derivados. Com isso, os assentados passarão a desenvolver um trabalho que combina atividades do campo com a produção industrial, mesmo que em pequena escala.

No Rio Grande do Sul, a Cooptar, que congrega 18 famílias, inaugurou, no dia 18 de maio um abatedouro de gado e suínos, partindo também para a agroindustrialização.

Tanto a Copajota como a Cooptar trabalha com leite, hortigranjeiros, suínos, milho, soja, feijão, o que lhes garante a subsistência. A Cooptar possui também um mercado em Passo Fundo, onde comercializa seus produtos.

Em Promissão, além da Copajota, existem mais de 600 famílias produzindo no que antes era um latifúndio imenso e improdutivo. Atualmente, segundo o prefeito da cidade, Marcos Simões, a arrecadação de ICMS aumentou 30% depois da chegada dos assentados que respondem por um terço da produção agrícola do município.

Os assentados do Paraná já entraram firmes na rota da agroindustrialização. Lá, existem seis agroindústrias: uma beneficiadora de milho, uma beneficiadora de arroz, uma indústria de erva-mate, duas unidades de comercialização de grãos e um frigorífico que está em fase de final de implantação.

## União pela reforma agrária

Trancamento de rodovias, missa de 7º dia, atos públicos. Foi assim que a sociedade brasileira se uniu aos sem-terra para exigir reforma agrária e protestar nas ruas contra o Massacre de Eldorado do Carajás.

Na semana que se seguiu ao massacre, o MST decretou luto oficial e várias instituições, pessoas e entidades se solidarizaram com a proposta, usando uma tarja preta e organizando diversos tipos de mobilizações em municípios de todo o país.

Um dia após o massacre, mais de 10 mil pessoas se solidarizaram com as vítimas, fazendo uma das maiores manifestações que a capital do Pará já viu. Antevendo que a apuração dos crimes poderia virar pizza, estudantes se revoltaram, depredando a Secretaria da Justiça e o quartel da Polícia Militar.

No dia 22, aproveitando a visita do Presidente FHC e do senador Antônio Carlos Magalhães a Porto Seguro-BA para comemorar o "descobrimento" do Brasil, sem terras, índios e estudantes se uniram para vaiá-los, obrigando o presidente a se desculpar por sua omissão em relação aos conflitos no campo.

No dia 23, trabalhadores sem-terra do Paraná, do Mato Grosso e São Paulo, Goiás, Maranhão, Sergipe e Santa Catarina trancaram rodovias, enquanto estudantes universitários da PUC trancaram



Protesto contra o massacre de Eldorado, em Brasília

a Avenida Sumaré, em plena cidade de São Paulo, depois de um dia inteiro de atividades dedicadas a protestar contra o massacre.

No Espírito Santo, foi realizada uma vigília na Praça da Catedral e a seguir, os trabalhadores rurais e urbanos ocuparam o Incra. Na quarta-feira, dia 24, seguindo orientação da 34ª Assembléia Geral da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), foram realizadas missas de 7º dia em diversas dioceses de todo Brasil. Os 200 bispos que participavam da Assembléia Geral da CNBB celebraram esta missa na Catedral de Campinas.

No mesmo dia, milhares de pessoas se reuniram na Praça da Sé, centro de São Paulo, e no Largo Glênio Peres, em Porto Alegre, para protestar contra o massacre e exigir punição dos culpa-

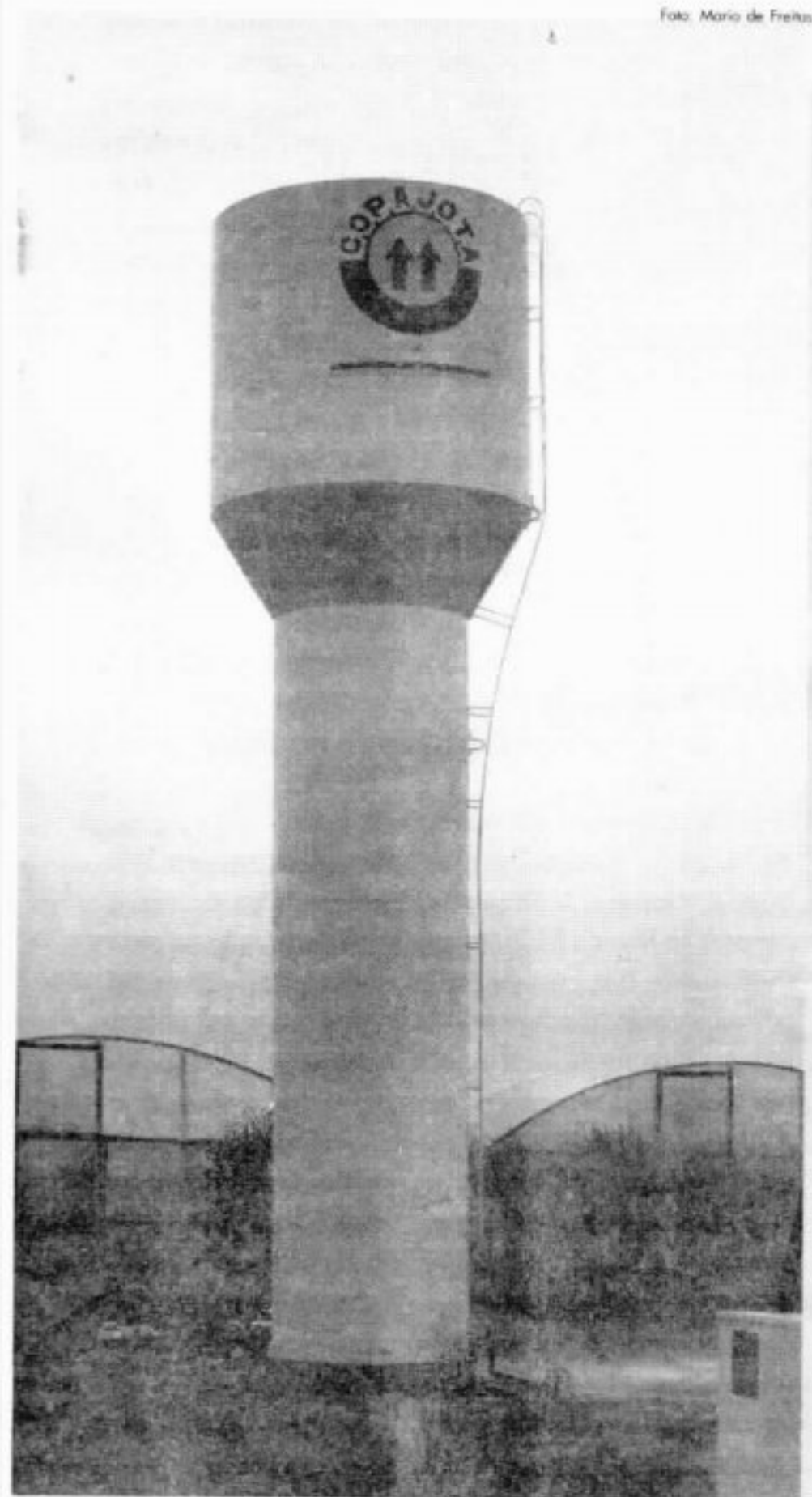
dos. Neste mesmo dia, foram bloqueadas rodovias em seis municípios gaúchos.

Na quinta-feira, dia 25, foi a vez de milhares de operários da Ford de São Bernardo do Campo fechar a Via Anchieta, em solidariedade aos sem-terra.

As manifestações de repúdio ao massacre culminaram nos atos de 1º de Maio, onde os protestos dos trabalhadores brasileiros contra a política salarial do governo FHC incorporaram a bandeira da Reforma Agrária.

Foto: Mario de Frenco

Foto: Francisco Monteiro



Cooperativa Padre Josimo Tavares, no Assentamento de Promissão-SP

# Repúdio à barbárie

## Sem exploração

É lamentável que milhares de lavradores brasileiros tenham que se restringir a duas opções igualmente injustas: resignar-se à humilhante situação de sem-terra, sem trabalho, sem-sustento, ou recorrer a violentas invasões de terras alheias e serem brutalmente rechaçados, agredidos, massacrados.

Nos tempos bíblicos, a cada 50 anos todas as terras eram devolvidas a seus donos anteriores, impedindo-se assim o acúmulo de riqueza nas mãos de alguns privilegiados e evitando-se a exploração dos trabalhadores.

**Rabino Henry I. Sobel**

Presidente do Rabinato

Congregação Israelita Paulista

## Vaticano comovido

A tristíssima notícia proveniente do Brasil comoveu-me profundamente e, comigo, todo o Pontifício Conselho da Justiça e da Paz que, através desta, quer manifestar a Vossa Eminência e a todos os bispos do Brasil o sentimento de profunda comoção por tanta violência e por tanto desprezo pelo ser humano.

O dramático problema da distribuição da terra somente poderá ser resolvido numa perspectiva, ética e política, garantida por uma corajosa e previdente reforma agrária.

**Cardeal Roger Etchegaray**

Presidente Pontifício Conselho da Justiça e da Paz ao Cardeal Lucas Moreira Neves - Presidente da CNBB

## Política social

A Igreja Presbiteriana Independente do Brasil expressa, como Povo de Deus comprometido com a vida, sua indignação e repúdio a tão horripilante barbárie.

É fundamental a implantação de uma política social contundente no que diz respeito ao assentamento de 32.700 pessoas em zonas de conflito, e de quatro milhões que estão desapropriadas do direito de produzir neste país. O Estado é responsável pela elaboração e implantação de políticas justas que beneficiem a maioria da sociedade. Como cristão, somos desafiados por Deus a não nos conformarmos com este mundo de violência, discriminação, opressão, injustiça e todo e qualquer ato que agrida e destrua a dignidade humana.

**Rev. Hircio de Oliveira Guimarães**

Secretário-executivo

## Justiça no campo

Estive em Eldorado do Carajás e pude presenciar, com amargura, o ponto a que chegou a barbárie no Brasil. O espetáculo macabro que Polícia, latifundiários e governantes promoveram nos cobres de luto, indignação e revolta. Mas também nos for-

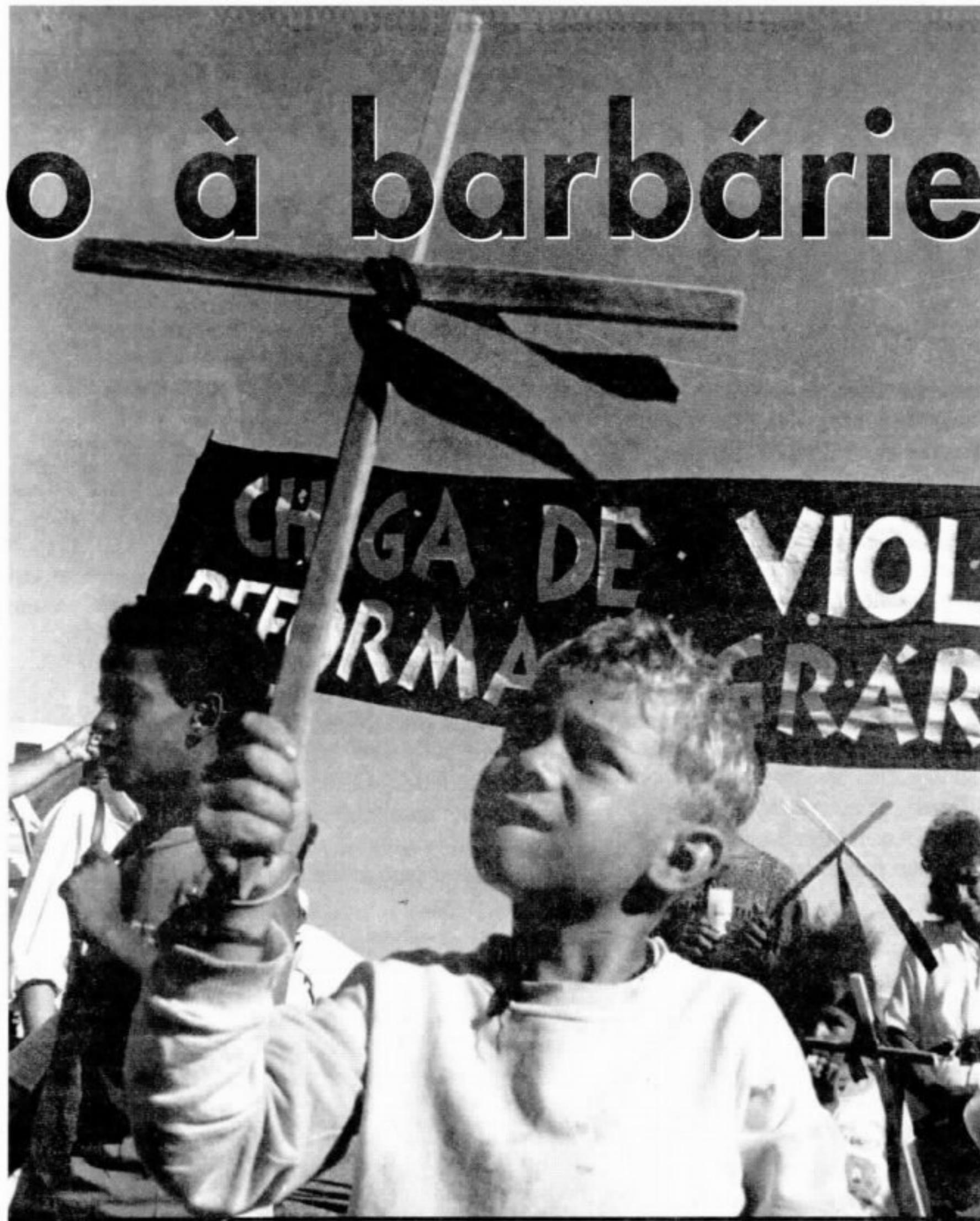


Foto: Francisco Monyp

## A lista oficial dos mortos de Eldorado do Carajás

Altamiro Ricardo da Silva, 42 anos, Amâncio dos Santos Silva, 42 anos, Abílio Alves Rabelo, 57, Antônio Costa Dias, 27, Antônio Alves da Cruz, 59, Antônio (o Irmão), Graciano Olímpio de Souza (o Badé), 46, Joaquim Pereira Veras, 32, José Alves da Silva, 65, José Ribamar Alves de Souza, 22, Lourival da Costa Santana, 24, Leonardo Batista de Almeida, 46, Manoel Gomes de Souza (o Leiteiro), 49, Raimundo Lopes Pereira, 20, Róbson Vítor Sobrinho, 25, Oziel Alves Pereira, 17, Valdemir Ferreira da Silva (o Bem-te-vi), João Rodrigues Araújo, João Carneiro da Silva.

talece na convicção de que devemos continuar lutando por Reforma Agrária e Justiça no campo. Nenhum companheiro nosso tomba em vão.

Agora, nossa responsabilidade é não permitir que trabalhadores mortos em massacres, chacinas ou emboscadas se tornem meras estatísticas da contabilidade mórbida de um governo covarde, que não enfrenta assassinos, pistoleiros e coronéis — comprometido que está com o atraso e as elites. Todos os envolvidos em crimes contra sem-terra e trabalhadores do campo e da cidade têm de ser julgados e punidos.

**José Dirceu**, presidente nacional do PT

## Apoio dos trabalhadores urbanos

Os trabalhadores do campo e da cidade têm uma relação fraterna de amizade. Nossa luta é uma só, por justiça. Quando nosso Sindicato realizou a Vigília da Terra, em 92, dissemos: sem reforma agrária não há terra nem emprego. E não podemos mais admitir que companheiros nossos sejam mortos porque desejam um pedaço de terra para produzir.

**Heiguiberto Navarro** (Guiba) - Presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT e do Sind. dos Metalúrgicos do ABC



No Brasil há 1547 propriedades com mais de 10 mil hectares, totalizando 65 milhões de hectares. Estes imensos latifúndios seriam suficientes para assentar 3.250.000 famílias de sem terra

## Responsáveis

# De quem é a culpa?

“Use os instrumentos que vocês acharem que devem, para proteger suas terras.” A frase é do presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Antônio de Salvo. Esta recomendação aos latifundiários foi feita menos de um mês depois do massacre de Eldorado, caso o Congresso aprove a lei que proíbe a concessão de liminares para reintegração de posse. Esta lei é reivindicada pelo MST como uma das garantias para evitar despejos em áreas desapropriadas pelo Incra, evitando novos massacres.

**O massacre ocorrido em Eldorado dos Carajás (PA), dia 17 de abril, não foi resultado de um trágico confronto entre a polícia militar e os trabalhadores rurais sem terra. Foi uma verdadeira carnificina promovida pelo Poder Público, cuja responsabilidade é:**

### Do Presidente da República

Fernando Henrique Cardoso, em julho/95, havia assumido o compromisso de assentar todas as famílias acampadas até dezembro/95. Nada fez. Também havia assumido o compromisso de mobilizar sua base parlamentar para aprovar os projetos de lei do Rito Sumário e da reintegração de posse, a fim de agilizar a reforma agrária. Não fez. Colocou no Ministério da Agricultura um latifundiário e banqueiro, identificado com os setores mais conservadores e retrógrados do país. Como consequência, em menos de 18 meses, esse governo trocou cinco vezes o presidente do Incra, órgão executor da reforma agrária. Também é responsável pela carnificina porque mantém no Ministério da Justiça Nelson Jobim, que nada fez para punir os responsáveis pelo massacre de Corumbiara (RO) e foi alertado duas vezes sobre a possibilidade de conflitos graves no sul do Pará.

### Do governador do Estado do Pará

Ao dar a ordem para desobstruir, a qualquer custo, a rodovia PA-150, o governador Almir Gabriel deu carta branca para que ocorresse a selvageria da PM. Em audiência, dia 12 de abril, os latifundiários entregaram ao governador uma lista de lideranças dos trabalhadores e ameaçaram: “Se o governador não tomar providências, nós tomaremos”. O massacre mostra que as providências foram tomadas. Por quem? Pelos latifundiários ou pelo governador? Mais de uma vez o governador foi alertado sobre o risco de ocorrência de um grave conflito na região do massacre. Nada fez. Sua omissão também deve ser responsabilizada.

### Dos latifundiários

Os depoimentos atestam que a operação preparada e executada pela PM recebeu a colaboração e o apoio dos latifundiários. Estabeleceu-se um conluio

para que ocorresse o massacre. Os latifundiários forneceram armas e integraram pistoleiros aos policiais. Tomaram a decisão que as lideranças dos sem terra deveriam ser assassinadas. Recolheram dinheiro e entregaram à PM para que fosse executada essa decisão. Foram os mandantes do massacre.

### Da Polícia Militar do Estado do Pará

A promiscuidade com os latifundiários e a conivência da impunidade motivaram a ação criminosa contra os trabalhadores. Além dos recursos que recebem dos fazendeiros, é comum a PM utilizar pistoleiros nas ações que desenvolve. Também não são raras as vezes que integrantes da PM fazem trabalho de pistolagem nas horas de folga. O frio assassinato de pessoas desarmadas, algumas já imobilizadas e outras feridas e as mortes causadas pelos instrumentos de trabalho dos próprios trabalhadores demonstram que havia uma decisão de assassinar os trabalhadores.

Em nenhum momento o comando da operação tentou impedir a selvageria. Todo o cenário armado para que nenhum executor do massacre seja punido conta ainda com a proteção maior de que os PMs serão julgados por uma justiça própria, o Tribunal Militar.

## “Queima de arquivo”, cemitérios clandestinos...”

Cinco dias após o massacre, a deputada Ana Júlia, do PT do Pará, recebeu uma carta com sérias denúncias, nominando articuladores do massacre: “Poucas semanas antes do assentamento dos sem terra na Fazenda Rio Branco já estava tudo pronto para o ataque. Pequenos aviões sobrevoaram o acampamento com bombas e metralhadoras, pelos mesmos que comandaram o massacre de Eldorado. A polícia é bode expiatório bem remunerada. Não a pequena polícia, mas sim os graduados... Presenciei intermediações com fazendeiros daqui, ligados ao sindicato, tendo como interlocutor o tenente... de Parauapebas, versando sobre o ataque. Os policiais que estavam sem identificações não eram policiais, mas com certeza pura pistoleiros colocados pelo sindicato. Causa-me enjô assistir hoje churrascadas para comemorar o feito. Causa-me desespero ver tanta impunidade... Existe cemitério clandestino na fazenda... Quando a polícia federal esteve lá para averiguar denúncia anterior, foi tratada a pão-de-ló. Foram transportados para a

sindicância pelos proprietários com toda pompa e, logicamente, não encontraram nada”.

“Só não entendo porque fizeram tudo isso e só mataram 19 e não uns cem de uma vez”. Esta declaração de um fazendeiro do leste do Pará, à agência Folha, publicada em 10 de maio, confirma o valor da vida dos sem terra na região. Sem querer se identificar, o fazendeiro disse que contribuiu para o pagamento de propina à Polícia Militar para matar trabalhadores sem terra. Ele disse que “pessoas estão sendo mortas” para evitar que digam a verdade. Segundo ele, pelo menos seis pessoas morreram na primeira semana de maio em fazendas da região. Seria “queima de arquivo”. Apesar da Polícia Civil não confirmar as mortes, o fazendeiro afirmou que policiais ou pistoleiros contratados estariam “caçando” alguns funcionários de fazendas. “Os corpos nunca vão aparecer. Eles são enterrados em cemitérios clandestinos por aí”.

# "Missão cumprida"

Com esta frase o coronel Pantoja da PM do Pará, anunciava com orgulho aos seus subalternos o final da gloriosa empreitada. Acabara de deixar amontoados sobre os restos de asfalto da PA 150, os corpos trucidados de dezenove sem terras. Pela manhã do dia 18, o Dia D, após o enfrentamento "heróico da PM" contra os sem terras, era marcado por passos que cruzam de um lado a outro a rodovia. Homens com os olhos esbugalhados andavam como se flutuassem entre o Céu e o Inferno. Mulheres falavam sem lágrimas nos olhos sobre o acontecido. Meninas andavam agarradas umas às outras a observar os estranhos que a cada hora chegavam ao local da "festa" do dia anterior. Fazendeiros ressaqueados da festança comemorada até o tardar da madrugada, passavam sobre as marcas secas de sangue que molhara o capim dos pastos ociosos do lugar.

Não havia choro. Não havia riso, mas os olhares esbugalhados pareciam perguntar porque a todos que chegavam. Por que tão grande violência? Por que o governo os tratara assim? Por que agora se estava vivo? Por que não teria sido melhor morrer?

A maioria não havia visto todos os mortos juntos. Tinham conhecido homens vivos, que entre um dia e outro, dentre os anos de desprezo e esquecimento, haviam reencontrado um sentido novo de vida. Eram anônimos enquanto indivíduos. Eram dejetos da criminosa forma de ocupação da modernidade capitalista na Amazônia. Sobra de sonhos de Serra Pelada. Viajantes sem passagens

de volta, vindos nos trens do progresso da Companhia Vale do Rio Doce. Sólidos desprezados da grande usina hidrelétrica de Tucuruí. Mas agora não eram mais anônimos. Não andavam mais cabibaiços. Tinham uma bandeira que carregavam com orgulho junto à companheira maltratada pelo tempo.

Não eram mais anônimos. Não se submeririam ao trabalho escravo nas fazendas. Não mendigariam na porta dos mercados, e as meninas não venderiam seus corpos nos "puteiros" de Parauapebas e região. Os meninos aprenderiam com orgulho a ser companheiros uns dos outros, e já não estariam nas esquinas das ruas embaixo de um poste sem luz a esperar a próxima vítima ou carrasco. E de Sem Terras era chantada aquela multidão, que agora então era vista, que surgia do submundo da "democracia das elites",

sociais-democratas, aliadas dos democratas senhores das terras.

Eram tão ameaçadores os olhares daqueles homens, mulheres, crianças e velhos. Poderiam talvez comer o mundo, os pastos, os coronéis, os bois, os latifúndios com toda sua imensidão. Para nossos militares uma fome muito parecida com subversão.

E chegou a hora do reencontro. Os corpos vivos, outrora nas festas do acampamento, agora exalavam um profundo odor de podridão. Rostos irreconhecíveis. Expressões de morte e agonia. Ataúdes lindos e envernizados ocupavam o lugar de caixões humildes - presentes do governo do estado. Sob os mesmos, a bandeira qual um dia foi o próprio oxigênio de esperança, ladeada de corpos andantes, sob o fundo musical gregoriano de choros e soluços, quais os dias do Juízo Final.

Não dava mais pra agüentar. Não havia sido sonho ou pesadelo a tarde quente do dia 17 de abril. Era real. Então a lágrima corria como se com ela viesse abaixo toda e qualquer tipo de esperança. Os homens choravam para dentro uma promessa única de continuar a luta. As viúvas agonizantes estendiam as mãos aos céus como se fosse possível serem puxadas pelas mãos divinas. Os órfãos rodeavam aquela grande quantidade de caixões, eram mais que sem terras, agora sem pais.

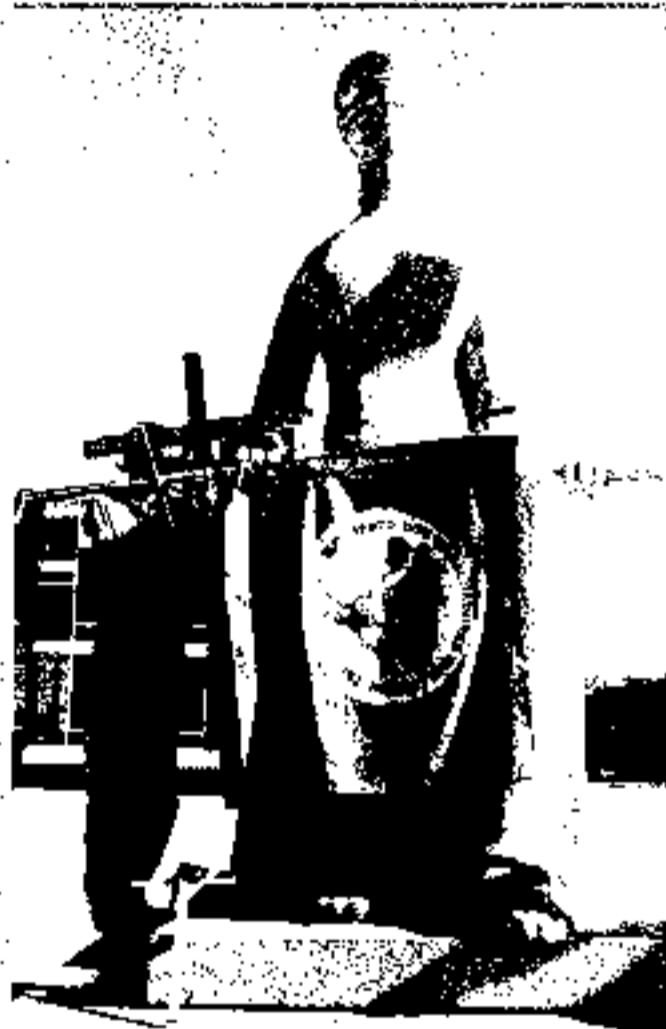
E o coro de choro, lágrimas revoltas seguiram a procissão rumo à morada final. Atrás, o Exército Brasileiro acompanhava. Seus oficiais junto ao

povo acompanhavam a passo de ganso o funeral. E disse o General: "Somos o Exército do povo, estamos aqui para defendê-los". Talvez de nossa própria ira e impotência.

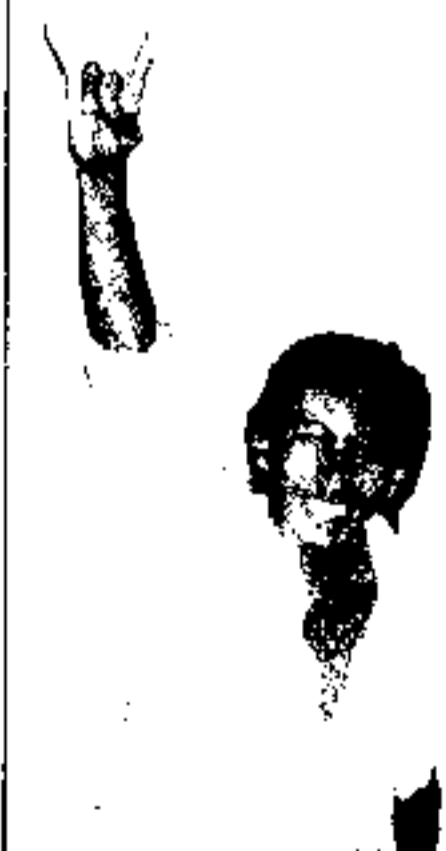
Os últimos serão os primeiros, e primeiro foram os dezenove a ganharem seu pedaço de chão. Suas sepulturas lado a lado eram o exemplo mais concreto da política fundiária que o Estado-brasileiro concebeu para quem já não suporta ser anônimo e reluta em morrer como marginal.

Sobre os corpos de Eldorado do Carajás ouve riso e festa. Os senhores dessas terras sem fim, de fim do século XX, bebiam a glória de seus capitães do mato. O oficial dá meia volta à direita, e dá continência ao seu superior: Missão cumprida.

Jorge Neri é dirigente do MST do Pará e integra a coordenação nacional do Movimento



# O N i e i



Vejo-te morto sentido em uma carteira sorvendo os ensinamentos do dia a dia

Vejo-te inocente, puro, aquele menino que se apaixonou pela professora e a guarda com amor como o maior dos tesouros

Vejo-te alegre, feliz a correr, a jogar vôlei com os compadritos

Vejo-te sonhador "termina o suplemento do 1º grau, ainda este ano?" "conquistar a terra para meus pais" "aos 20 anos conquistar meu próprio lote de terra e nele produzir" Oigo o teu "Nova Zumbi" Relevo tua pergunta: "E se a polícia comer além de mim, que eu faço?"

Fico no meu peito a resposta que te dei: Mostra-te a Constituição Federal, o Art.5º, aquele dos Direitos e Garantias Individuais.

Pêso de mim, tolo advogado, imagino o cumprimento da Lei por parte de uma polícia tremada para mata

Triste de ti, um jovem de 17 anos, assustado com um tiro no peito, após ser alvejado e arrastado de um buraco à beira do asfalto.

Vi tua imagem pela TV, Cantavas à frente dos compadritos. Como sempre, animado e corajoso. Vi tensos os olhos empíricos Sua morte

Vi tua alegria e disposição para lutar por terra, por justiça, por igualdade de oportunidades

Agonia Um governo assassino tirou definitivamente a tua oportunidade de viver.

Foste executado burramente por uma polícia formada, ironicamente, por filhos de lavradores. Venha para tratar seus iguais, em nome da ordem e da legalidade.

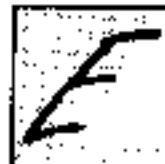
Choramos em morte, lo que fomos com outros cézanos de comprometidos

é pela qual justas está humilde Não te foi seu amor de "jornal" Mas pelo teu preciso sangue Sangue de menino

Porem tu foi a tua martirio Não semas tu o me Reforça nisso com o parasse Na luta pela terra, contra a U por justiça. Assim.

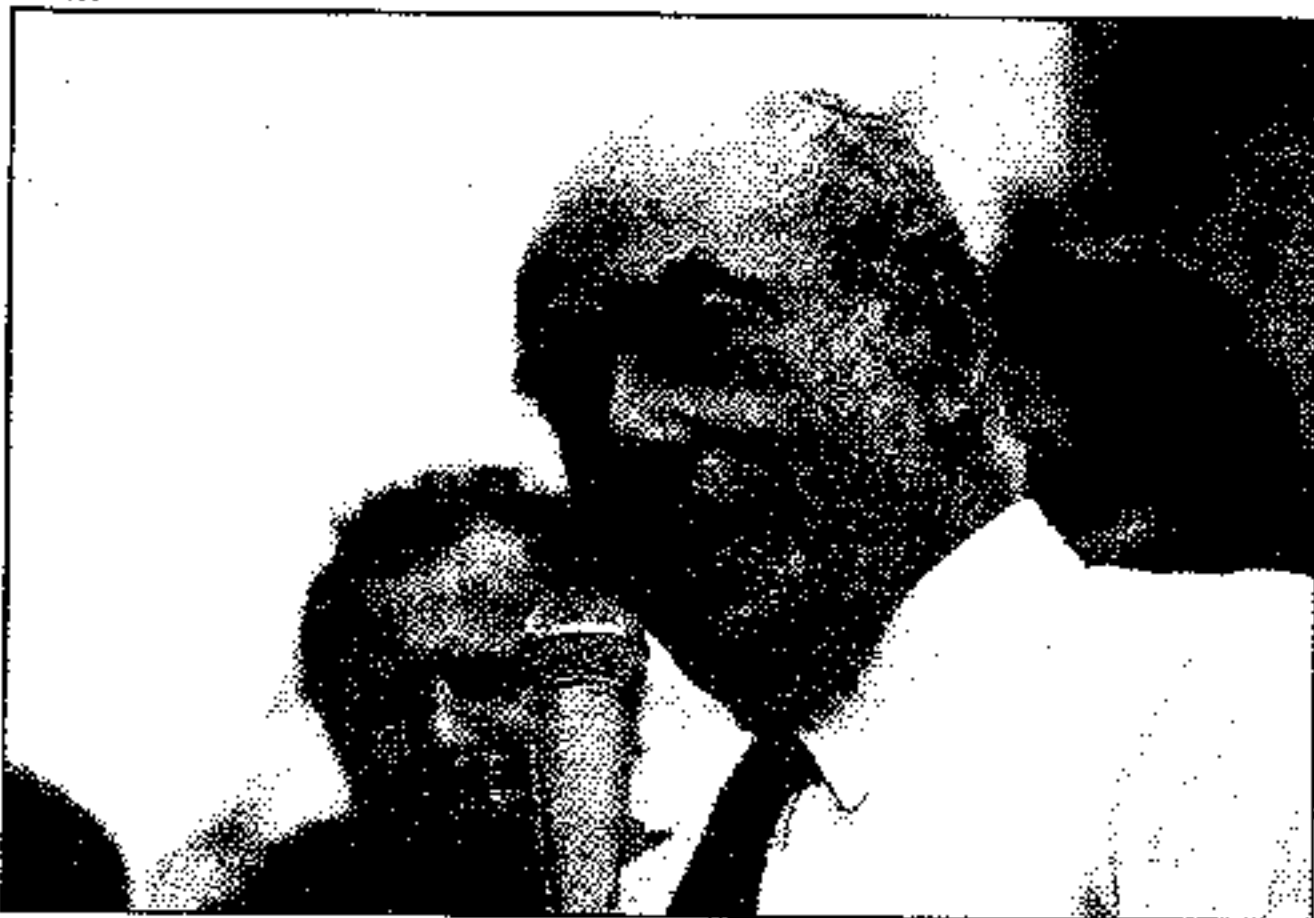
Sua não queríamos. Ficar um preço no alto

Marco Aurélio Ramos Fonseca -MA



# Brizola: "O povo brasileiro está nos apontando o caminho da união"

Marcos



Brizola no encerramento do Encontro Estadual do MST-RS em março deste ano

**H**oje, aos 74 anos, Leonel Brizola, Presidente do PDT, está empenhado em alicerçar uma união entre as oposições e já declarou até que pretende apoiar Lula, se ele se candidatar nas próximas eleições para a Presidência da República, "pois o povo brasileiro vem sendo oprimido e explorado e necessita como nunca de seus líderes autênticos".

Consternado com o massacre dos sem terra ocorrido em Eldorado dos Carajás, Brizola responsabiliza o governador Almir Gabriel e o Presidente FHC pelo ocorrido. Para ele, a única forma deles se eximirem desta culpa é tomar medidas concretas e urgentes com relação à reforma agrária, "a que evitará que novos conflitos no campo venham a ocorrer".

Segue aqui entrevista exclusiva com este histórico líder trabalhista, cuja marcante trajetória política teve um papel muito importante no despertar da luta pela reforma agrária na década 60 e hoje tem muito a contribuir para o fortalecimento da resistência ao projeto neoliberal capitaneado por FHC.

**JST - Como o senhor avalia a questão agrária no Brasil? Qual o significado que ela tem para o país hoje?**

**Brizola -** A questão agrária é uma das grandes prioridades do Brasil. Democratizar a propriedade da terra e racionalizar e desenvolver a produção agropecuária deveriam ser uma das maiores preocupações de um Governo coerente. Penso que o Brasil deve propiciar a sua população cerca de 15 milhões de novas propriedades, para moradia e para a produção. É um programa que se pode cumprir em etapas co-

rajosas, sem destruir a produção que temos. Exatamente o contrário do que faz o atual governo, que não está propiciando o acesso dos trabalhadores à propriedade da terra ao mesmo tempo em que destrói a produção que já existia com a sua desastrosa política econômica. O Brasil é um país vocacionado para agricultura; talvez não

haja outro lugar no mundo com tantas terras cultiváveis. Além do mais, o emprego agrícola é o mais barato para se criar, em termos de investimento exigido, e pode ser uma saída para milhões de pessoas que hoje vivem marginalizadas. Basta que criemos as condições e haja a mobilização das populações vocacionadas para agropecuária, assim a economia rural de nosso país poderá dar um salto de qualidade. O que é desenvolvimento da produção rural no Sul do Brasil senão resultado de algum nível de acesso à terra e da vocação daquelas comunidades?

**JST - Depois de ter liderado o início de um processo de reforma agrária desencadeado no Rio Grande do Sul, na década de 60, como o senhor avalia o atual momento desta luta, conduzida por novas forças políticas, como o MST?**

**Brizola -** Naquele tempo o movimento se chamava MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra. Foi um movimento associativo, um caminho para a mobilização. Esta era nossa visão es-

tratégica. Estávamos no Governo do Estado e tínhamos condições de assegurar liberdades e garantias para todos. A polícia estadual foi empregada não para reprimir, mas para garantir a ordem e a paz. No primeiro acampamento, em Sarandi, os três contingentes da Brigada Militar que desloquei foram orientados para manter a ordem e evitar hostilidades, inclusive dos conservadores contra os sem-terra. Proibimos o uso de armas de fogo e de bebidas alcoólicas para evitar qualquer atrito. O acampamento de mais de 7 mil pessoas escandalizou da "sociedade" da época, que logo denunciou aquilo como "comunismo e subversão". Respondemos colocando uma enorme cruz, com madeira cortada ali mesmo, e uma faixa dizendo "Acampamento João XXIII - Somos Cristãos - Queremos Terra", ainda que, naquela época, a Igreja não se sensibilizasse. Tratamos de reunir as autoridades civis, militares, os líderes das entidades empresariais e até a Federação da Agricultura e levá-los a Sarandi, para que vissem pessoalmente as carências e a simplicidade daquela gente, que só queria uma oportunidade de produzir e viver dignamente. Assim criamos o ambiente para a de-

**Sem terras: "as novas lideranças são mais bem preparadas e alcançaram altos níveis de organização".**

sapropriação de terras por interesse social. Logo a seguir surgiu o acampamento de Banhado do Colégio, em Camaquã, outro acontecimento importante, com dez mil pessoas. A partir daí desencadeou-se um processo onde

houve muitas reações, mas nenhuma violência. Com a ditadura, tudo regrediu, mas depois de algum tempo, as sentenças daqueles dias rebrotaram. A Igreja despertou para a questão agrária, e acolheu os remanescentes daquela luta. Hoje, verifico que as novas lideranças são mais bem preparadas e alcançaram altos níveis de organização. Mas as cha-

ves de todo o processo continuam sendo as mesmas: de um lado, a mobilização das populações vocacionadas para a produção rural; de outro, a luta pelo apoio da opinião pública, que impõe aos líderes não só firmeza e lucidez, como também prudência e responsabilidade

para evitar desbordamentos e até mesmo, como acabou de ocorrer, o sacrifício de sofrerem perseguições e injustiças. A batalha pela solidariedade da opinião pública é a batalha decisiva.

**JST - O Governo FHC propõe mudar o regimento da Câmara dos deputados, acabando com a possibilidade de uma atuação efetiva da oposição. O que o senhor acha desta conduta? Vem aí uma "fujimorização"?**

**Brizola -** Quatro governantes da América Latina representam as receitas da nova face do colonialismo sobre nossos povos, sob o rótulo de neoliberalismo. Carlos Salinas, no México, Fujimori, no Peru, Menem, na Argentina e, no Brasil, Collor - FHC (pois ambos adotaram as mesmas políticas) significam a negação daquela afirmação de identidade e soberania nacionais que sempre foram, para nós, latino-americanos, molas propulsoras do desenvolvimento e das liberdades. Sob a cobertura de um discurso democrático e modernizante, há um conteúdo que, na verdade, é autoritário e retrógrado. O que é abrir mão do controle nacional sobre os setores estratégicos da economia senão uma volta ao colonialismo? Energia elétrica, telefonia, mineração, tudo isto já foi no passado, privado e multinacional no Brasil. Seu resultado foi o atraso econômico e a drenagem das riquezas nacionais. Em países como os nossos, políticas recessivas, antinacionais e que excluem grandes contingentes marginalizados da população só podem ser aplicadas sob o autoritarismo que, agora, adquire nova forma. Não são mais as Forças Armadas o instrumento de que se servem estes grupos, mas o controle da mídia, dos meios de comunicação. Personagens como aqueles que mencionei são criados pela mídia, santificados por ela e apresentados à população como se fossem eles o novo, a mudança, o progresso e a moralidade,

**"O que é abrir mão do controle nacional sobre setores estratégicos da economia senão uma volta ao colonialismo?"**

quando seus governos são exatamente o inverso. Quando deixam de servir a estes propósitos, por desgaste ou qualquer outra razão, são descartados, como ocorreu com Collor e Salinas. Mas quando ainda conseguem iludir a população e se mantêm pres-

**FHC: "existe em função do Real, sem o qual não se elegeria nem mesmo Senador por São Paulo."**

titucional, como ocorreu no Peru, com Fujimori, seja pela manipulação do Congresso, instituindo a reeleição, como fez Menem e sonha fazer Fernando Henrique.

*JST - Diante do "entreguismo" flagrante deste governo, evidenciado mais nitidamente na aprovação da Lei de Patentes, a sociedade brasileira parece apática. O sr. vê alguma possibilidade de resistência a este projeto?*

**Brizola** - O governo Fernando Henrique é um apêndice do plano Real, que é uma versão local do projeto de dominação econômica que se implantou em todos aqueles países. Fernando Henrique existe em função do Real, sem o qual não se elegeria nem mesmo senador por São Paulo. Sua legitimidade durará enquanto o plano ainda conseguir ir se sustentando. Aliás, esta legitimidade já está sendo corroída pela atitude do Presidente de atentar contra a soberania de nosso país, com suas propostas de desmantelar ou entregar a grupos privados (estrangeiros ou seus sócios internos) a Petrobrás, a Vale do Rio Doce, as telecomunicações, as centrais elétricas, enfim, os setores mais vitais e estratégicos da nossa economia. A população está se dando conta de que estamos sentados sobre uma bomba-relógio que causa e causará uma devastação enorme sobre esta Nação. Eu creio que, como ocorre em toda a situação de perigo, também o ser nacional irá procurar preservar seus bens mais importantes. Não acredito que o povo brasileiro vá assistir, sem reagir, a entrega ou a destruição, por exemplo, da Petrobrás. É uma questão de tempo. Tanto é assim, que rejei-

tando serviços a seus patrocinadores, tudo é feito para promover o continuísmo, seja pela ruptura abrupta da ordem cons-

titucional, como ocorreu no Peru, com Fujimori, seja pela manipulação do Congresso, instituindo a reeleição, como fez Menem e sonha fazer Fernando Henrique. titulam a nossa proposta de que as chamadas reformas constitucionais sejam submetidas a um referendo. Quando o povo puder se manifestar livremente, com certeza irá dizer não à monstruosidades como esta. O mesmo ocorre com esta vergonha da doação de dinheiro público a bancos privados, enquanto as prioridades verdadeiras como a educação, permanecem à míngua de recursos. Um governo coerente, amanhã, terá de revisar esta série de decisões ilegítimas e, obrigatoriamente, responsabilizar os que as promoveram.

*JST - O que o sr. espera da constituição deste Fórum de Oposições? Quais as perspectivas para o embate político existente na sociedade brasileira hoje?*

**Brizola** - Exatamente porque estamos diante de um governo que é uma ameaça à nossa própria sobrevivência como Nação soberana, que desenvolve pretensões autoritárias e continuístas é que precisamos nos unir como nunca. Divididos, não apenas estaremos fazendo o jogo da direita e do conservadorismo como, sobretudo, sendo cúmplices, por omissão, destes crimes que se vem cometendo contra o povo brasileiro e as perspectivas de um futuro digno, com desenvolvimento, justiça e independência para o nosso País.



Filhos de assentados por Brizola na década de 60 hoje estão acampados em Camaquã

**"O que faz um partido popular ser autêntico e respeitado é exatamente a humildade de aprender as lições que vem do povo."**

É verdade que existem muitas diferenças entre nós, no campo popular, mas que diferenças podem ser mais importantes que os nossos deveres com a população? Os partidos e lideranças populares terão de demonstrar estar à altura deste difícil momento de nossa história. Está em jogo a existência do Brasil como Nação com aspirações a ter um destino próprio. Ou se pode considerar Nação um país onde só o que importa é o mercado, a especulação e os negócios dos grandes grupos, daqui e de fora, enquanto o povo vai mergulhando cada vez mais no atraso e no abandono, a ponto de descer até num futuro melhor?

*JST - Este é um ano eleitoral onde haverá um embate cerrado entre a oposição e o governo. Na sua opinião, o que vai pesar nestas eleições?*

**Brizola** - Em primeiro lugar, não se pode generalizar um quadro de enfrentamento político nestas eleições. São pleitos municipais, e em muitas comunidades, especialmente no nosso interior, as situações locais vão ter grande peso. Mas nas cidades maiores, especialmente nas capitais, não há dúvida que as forças de oposição terão influência decisiva, como forma de expressão do descontentamento popular com o governo FHC. Principalmente naquelas cidades onde o campo popular se apresentar unido, com candidaturas capazes de refletir o entretenimento e a maturidade que de nós espera a população. Onde isso não puder ocorrer, já no primeiro turno, a disputa terá de ser leal, respeitosa e, porque não, fraterna. E, no segundo turno, haverá condições para uma unidade política de alto nível. Quem duvida que o atual governo esteja desgastado e venha, a cada dia, caindo no conceito da população, que olhe a situação eleitoral nas capitais e observe como PDT, PT e outras forças populares despontam nas preferências eleitorais, enquanto os candidatos governistas, que já não vão bem, irão cair ainda mais. O povo brasileiro está nos apontando o caminho da união. O que faz um partido popular ser autêntico e respeitado é exatamente a humildade de aprender as lições que vem do povo.

**Rio de Janeiro**

**Cresce mobilização pela Reforma Agrária**

No Rio de Janeiro há um crescente envolvimento de movimentos sociais urbanos com a bandeira da Reforma Agrária. Em setembro de 95, a Brigada de Solidariedade Campo-Cidade foi uma experiência importante de trabalho conjunto de setores rurais e urbanos - movimentos sociais populares, sindicais e estudantis - que resultou na ocupação de outra parte da fazenda Cantagalo, em 12 de outubro. Foi justamente a presença de estudantes, trabalhadores urbanos e assessores parlamentares que inibiu a ação repressiva mais contundente da polícia, durante a ocupação.

O fórum da Reforma Agrária tomou caráter permanente, com reuniões semanais de discussão e ação. O massacre de Eldorado dos Carajás trouxe sentimento de indignação e mais força na discussão sobre a emergência de uma transformação na estrutura fundiária no país. Ações conjuntas como as passeatas dos dias 19 e 24 de abril, promovidas por servidores públicos federal e estudantes em greve, trouxeram de forma marcante a bandeira da Reforma Agrária e a revolta pelo massacre dos sem terra do Pará.

No dia 17 de maio, um mês após a chacina, o fórum da Reforma Agrária realizou um ato ecumênico na Candelária e tomou as ruas do centro em passeata, exigindo a punição dos assassinos dos sem terras.

**Ocupação do INCRA**

No dia 23 de abril, a sede do INCRA-RJ foi pelo MST que exigia a exoneração do superintendente Altamir Gonçalves Petersen, acusado de corrupção. Com trabalhadores sem terra permaneceram no prédio por 17 dias e conseguiram audiência em Brasília. Nas negociações, o MST garantiu o comprometimento do Ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, de demitir Petersen e renovar os quadros administrativos do INCRA RJ; liberar R\$ 4,5 milhões para o Proceara; regularizar a situação das fazendas Cantagalo e Moura Costa; executar um convênio de cooperação do INCRA com o governo estadual e desapropriar 5 mil ha. para assentar 500 famílias sem-terra ainda em 96. *(Ribamar e Carmem)*

## Estudantes universitários ligados ao MST se reúnem

Discutir metodologias de trabalho com os movimentos sociais populares foi o tema do seminário que reuniu estudantes universitários, muitos deles ligados ao MST.

Entre os dias 26 e 28 de abril, cerca de 60 pessoas, entre painelistas, estudantes e militantes avaliaram suas experiências de trabalho junto ao MST e debateram estratégias de atuação conjunta. Entre os participantes, reuniram-se militantes e assentados do MST, militantes de outros movimentos sociais e estudantes que participaram dos Estágios Vivências promovidos pela FEAB (Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil) nos assentamentos do MST. A iniciativa da realização deste seminário partiu da FEAB e do MST.

Para o encontro realizado na Praia Grande, em Santos-SP, vieram estudantes do Paraná, Bahia, Minas Gerais, Santa Catarina, Piauí, Rondônia, São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal.

Depois de trocarem experiências e estudarem uma metodologia de atuação, os estudantes debateram uma forma de atuação junto aos movimentos sociais que lhes possibilitem desenvolver também seu campo de estudo e profissionalização. Inquestionavelmente o maior número de participantes cursava agronomia, porém, houve um expressivo aumento da diversificação de especializações profissionais dos participantes deste seminário. Havia estudantes de engenharia florestal, economia, pedagogia, ciências sociais, direito, geografia, história, filosofia, administração de empresas, comunicação, química e educação física. A amplitude da luta pela terra e pela reforma agrária abrange estas e diversas outras categorias profissionais que contribuirão para promover justiça social no campo e um desenvolvimento auto-sustentável para o povo brasileiro.

Ao final do encontro, ficaram definidos os seguintes encaminhamentos:

1. Formação de Núcleos de apoio junto ao MST, respeitando a realidade de cada região e/ou instituição, ficando a cargo dos mesmos procurarem as Secretarias Estaduais/Regionais do MST para implantação.

2. Formação de uma comissão de sistematização e divulgação do Seminário

3. Organização de um segundo seminário com a participação de outras entidades estudantis e movimentos populares.

3. Elaborar um trabalho conjunto sobre o Estágio de Vivência Interdisciplinar com as Executivas de Curso e com os movimentos populares.

4. Encaminhar esta experiência para o Encontro Nacional das Executivas de Cursos.

5. Estabelecer uma "rede de comunicação" para divulgar os trabalhos realizados.

## Fátima Bezerra "Reforma Agrária é a grande bandeira dos trabalhadores do País neste final de século"

*Fátima Bezerra é deputada estadual pelo PT no Rio Grande do Norte. Considerada pelo MST como uma verdadeira militante da Reforma Agrária, Fátima espera contribuir muito mais com esta luta que, em sua opinião, "exige o engajamento de todas as pessoas comprometidas com a transformação social".*

**JST - Qual o significado da luta pela Reforma Agrária no contexto da luta política que se deflagra no Brasil atualmente? Como ela se situa na realidade do Rio Grande do Norte?**

**Fátima -** A luta pela Reforma Agrária recuou a cena nacional e se tornou a mais importante bandeira política, não só pelo que tem representado na luta mais geral dos trabalhadores, como pelo fato de colocar os sem terra como protagonistas da história do país. A luta pela terra se tornou uma luta de massas, ganhou as ruas, praças e estradas, colocando em cheque o latifúndio, as oligarquias, a justiça e o aparato policial. As discussões sobre Reforma Agrária deixaram os pequenos ralos onde os militantes debatiam, para se transformar na grande bandeira dos trabalhadores do País, neste final de século.

No caso do Rio Grande do Norte, que possui cerca de 70 mil famílias sem terras e onde existem índices alarmantes de indignância, a luta pela Reforma Agrária vem ganhando força e se ampliando. Tem contribuído para unificar o movimento sindical urbano, os movimentos populares e as organizações de trabalhadores rurais. Atualmente temos 76 áreas de assentamento no RN, com 5.600 famílias. Já avançamos muito, mas vamos avançar muito mais.

**JST - Como você vê a postura do governo FHC frente à questão agrária? Como o governo estadual tem tratado esta questão?**

**Fátima -** O governo FHC não tem compromisso com a Reforma Agrária e muito menos com os trabalhadores rurais. O que o governo fez até agora? Assentou 18 mil famílias, num país com 4,8 milhões de famílias sem terra. Nada será conquistado desse governo a não ser com muita luta e pressão dos tra-



*A luta pela Reforma Agrária recuou a cena nacional e se tornou a mais importante bandeira política, não só pelo que tem representado na luta mais geral dos trabalhadores, como pelo fato de colocar os sem terra como protagonistas da história do país.*

balhadores. Sem isso, nem mesmo a tímida promessa de assentar 280 mil famílias em quatro anos será cumprida.

O governo do Rio Grande do Norte não tem uma política agrária, nem apóia as áreas de assentamento, mesmo nas ações que são de sua estrita responsabilidade. Apesar de ter um discurso democrático, o governador Garibaldi Filho tem mandado a Polícia Militar intervir nos conflitos. Já tivemos várias prisões, espancamentos e torturas de trabalhadores por parte da polícia militar. A posição do governo estadual fica entre a conivência com os latifundiários e a omissão.

**JST - Como você avalia a organização do MST no Rio Grande do Norte? Como ele vem sendo recebido pela sociedade civil local, como tem sido sua penetração no meio rural urbano? Por que você tem se dedicado seu mandato a esta luta?**

**Fátima -** O MST é um dos movimentos de maior referência no Estado, apesar de possuir uma estrutura muito aquém do que se esperava de um movimento deste porte. Os erros do início do MST no estado já foram superados em grande parte. Hoje o relacionamento com a sociedade civil é o melhor possível, também com os mandatos populares, a igreja católica e os partidos de esquerda.

Acreditamos firmemente que os graves problemas enfrentados por toda a sociedade tem grande parte de sua origem na forma cruel e desumana com que vem sendo tratada a questão agrária no País. Diante disso, nós temos dedicado nosso mandato à luta pela terra e fazemos o possível para apoiar, com pessoal e recursos, as ações mais importantes do MST. Certamente de nada adiantaria concentrar nossas lutas apenas nas questões urbanas e deixar de lado este problema que atinge toda a população, seja do campo ou da cidade. Ser considerada uma militante do MST é para mim um motivo de imenso orgulho. Esperamos contribuir muito mais com essa luta, que cresce a cada dia e exige o engajamento de todas as pessoas comprometidas com a transformação social e a construção do socialismo.



**Via Campesina**

**Camponeses do mundo todo se unem contra o neoliberalismo**  
**Organizações de 73 países definem o dia 17 de abril como**  
**Dia Internacional de Luta Camponesa**

A Via Campesina é um movimento de organizações camponesas da Ásia, Europa, Américas e África. De 18 a 22 de abril, 117 delegados de 69 organizações camponesas de 37 países se reuniram em Tlaxcala, México, na II Conferência deste movimento. No dia 23, eles fizeram um protesto contra o massacre do Pará, em frente à embaixada brasileira.

Trizamos aqui uma entrevista com Paulo Nicholson, dirigente camponês basco (Espanha) e com Egídio Brunetto, dirigente do MST. Eles contam o que é esta articulação internacional que luta para construir melhores alternativas para os camponeses, cada vez mais ameaçados por condições econômicas e políticas que destroem suas formas de sustento, suas comunidades, suas culturas e seu ambiente natural.

**JST - Como é que começou a Via Campesina? O que é que quais são seus objetivos?**

**Paul -** A Via Campesina surgiu quase acidentalmente, num Congresso na América Central no meio dos debates dos 500 anos de resistência na América Latina, porque percebemos a necessidade de ir articulando uma voz camponesa para responder à globalização da agricultura, que tem sido muito rápida e muito dramática.

O sistema econômico neoliberal tem sido a causa principal do empobrecimento dos povos do campo. É responsável pelo aumento da destruição da natureza, da terra, da água, das plantas, dos animais e dos recursos naturais, colocados sob os ditames de sistemas centralizados de produção, riqueza e comercialização para um mercado global.

Diante disso, a Via Campesina tem por objetivo articular o pensamento e os interesses camponeses nos fóruns onde estão sendo tomadas decisões, sem levar em conta a nossa cultura. Queremos apresentar nossas propostas para a sociedade. Uma das nossas principais bandeiras é a soberania alimentar.

**JST - O que é isto?**

**Paul -** Soberania alimentar é o direito de produzir os alimentos básicos para o país. Em novembro deste ano vai ter a cúpula da alimentação da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação), em Roma, com o aparente propósito de resolver o problema dos 800 milhões de pessoas que passam fome no mundo. Para a Via Campesina não se po-



Os 117 delegados da II Conferência da Via Campesina

dem solucionar estes problemas sem a participação ativa dos que cultivam a terra. Por isso os delegados da nossa conferência tomaram a decisão de que estaremos devidamente representados nesta reunião de cúpula.

**Egídio -** Mais do que o direito a comer, queremos o direito a produzir e, para isso, precisamos ter terra. Se for só o direito de comer, o Estado pode arrumar uma política de abastecimento sem ter que mexer no que é fundamental. Em novembro, durante a cúpula da alimentação levaremos nossas propostas seguindo uma lógica que não é a do neoliberalismo. Quando eles dizem que o mercado regula a produção, esquecem que hoje umas cinco empresas contro-

lam os principais produtos agrícolas do mundo. Temos que inverter isso, produzindo para a população e não para ganhar dinheiro. No Brasil a produção de alimentos diminuiu 13 milhões de toneladas no ano passado. Não se tem soberania alimentar se não se produz o necessário para alimentar o povo de um país. Para isso precisamos distribuir terras e democratizar os recursos. Também temos que procurar desenvolver uma agricultura sustentável, produzindo alimentos com mais qualidade e procurando conservar as matas e as águas.

**JST - Como é a estrutura organizativa da Via Campesina?**

**Paul -** A Via Campesina define-se

como um movimento organizado regionalmente. Ela não tem uma cúpula que define estratégias. Elegemos uma comissão e vamos nos articular através de secretarias operativas. Nossos objetivos são articular a voz camponesa nos fóruns de decisão, veiculando nosso modelo de agricultura, em defesa da soberania alimentar e da reforma agrária, e contra o modelo neoliberal.

Dois terços dos camponeses do mundo estão na Ásia e em muitos lugares não estão articulados nem regionalmente. Por isso ficou definido que vamos priorizar a nossa organização lá e na África. Vamos criar uma rede internacional de solidariedade camponesa que terá duas faces. Uma é o apoio a estas organizações. O outro é a globalização dos conflitos. O processo de globalização da economia afeta a região, portanto temos que resistir de forma globalizada.

**JST - Qual é a avaliação que vocês fizeram desta II Conferência?**

**Paul -** Foi um sucesso. Jamais houve uma conferência camponesa com esta dimensão. Antes era muito comum as ONGs falarem pelos camponeses, mas depois deste encontro a nossa voz saiu mais fortalecida. Foi também um encontro rico em debates, apesar das diferenças culturais marcantes. A participação das organizações camponesas asiáticas, especialmente da Índia, do Paquistão e de Bangladesh tiveram um impacto muito importante por sua maneira de entender, de debater.

**Alguns dos objetivos da Via Campesina**

- Exigir uma Reforma Agrária autêntica que devolva territórios aos povos indígenas e que outorgue aos camponeses o controle da terra em que trabalham.

- Reconhecer a importância da contribuição das mulheres na produção de alimentos, promovendo trabalho organizativo por meio da criação de redes entre as mulheres da Via Campesina e suas organizações.

- Influir sobre a organização mundial do comércio, para promover mudanças nos acordos comerciais internacionais que devem levar em conta os interesses dos camponeses. Queremos desenvolver um comércio justo com concorrência direta dos produtores e consumidores, começando

uma campanha internacional contra o monopólio.

- Denunciar as atividades do Banco Mundial e do FMI, cujas políticas impõem um preço demasiado alto para os pobres e camponeses de muitos países em desenvolvimento, pois reduzem a capacidade de seus governos de proporcionar serviços básicos. A Via Campesina exige que a dívida externa e o programa de ajuste estrutural que destrói sejam proscritos em favor de um desenvolvimento rural nacional auto-suficiente.

- Se opor energicamente aos acordos feitos pelas corporações multinacionais para apropriar-se dos recursos genéticos. Sua posição estará presente na "Cúpula Mundial sobre a Semente", a ser realizada em Leipzig, no mês

de junho deste ano.

- Lutar contra o processo de privatização de patentes em matéria genética, através da criação de bancos de sementes para os agricultores. Propor iniciativas legais que assegurem o patrimônio genético e informem sobre os perigos existentes na pesquisa genética.

- Vincular e fortalecer as organizações regionais e divulgar os objetivos da Via Campesina em organismos internacionais.

- Fomentar mecanismos de comunicação interna e externa, promovendo uma "rede de solidariedade e resposta" contra os atos de violência exercidos contra os camponeses.

**Soldado, triste soldado...**

*A propósito da chacina de Eldorado de Carajás - PA*

Soldado, triste soldado,  
Quem te transformou em fera,  
Numa besta sanguinária,  
Criminoso acovardado,  
Que o sangue e a morte venera,  
Nessa vida mercenária?

Foi a voz do capitão,  
A mais burra disciplina,  
Foi o uniforme e o fuzil?  
Não sabes mais dizer "não",  
Obediente na chacina,  
Quando a caserna é um covil?

Mas, não te lembras acaso  
Que és neto de lavrador  
Ou filho de operário?  
Da infância de prato raso,  
Da fome que se faz dor,  
Do desemprego tão variô?

Soldado, triste soldado,  
Manténs a vil propriedade  
E esmagas o irmão sem-terra.  
Mas, afinal de que lado  
Se encontram fraternidade  
E justiça nesta guerra?

Soldado, triste soldado,  
Que um dia foi varonil  
E até julgou-se valente,  
Ao matar o desertado  
Assassinas o Brasil,  
A ti mesmo e tua gente.

*José Paulo Drumond  
Florianópolis - SC*

**Gente de Fibra**

*Aos companheiros da Santa Clara*

Que povo é este? Povo errante  
Que descortina imensos campos  
Percorrendo estradas,  
fronteiras distantes  
Seguindo altaneiro  
em busca de um canto

Que povo é este? Povo renitente  
De esperança última,  
doída, suplicante  
Preparando a terra,  
lançando a semente  
Sonhando possuí-la,  
mesmo que distante

É um povo nobre, de grande pujança  
De mãos calejadas, na incessante lida  
Cuja voz vibrante,  
ocoa e nunca cansou  
Nesta luta eterna, luta pela vida.

Que a luta cresça em força e vigor  
Que seu grito forte alcance  
o universo  
E que a vitória chegue  
aliviando a dor  
E fazendo real o que era apenas verso

*Capitão Luís Fernandes\*  
da PM do Sergipe  
(responsável junto a secretaria de  
Segurança Pública para  
acompanhar os conflitos fundiários)*

**A Pedagogia dos Aços**

Candelária  
Carandiru  
Corumbiara,  
Eldorado dos Carajás...

A pedagogia dos aços  
golpeia no corpo  
essa atroz geografia

Há cem anos,  
Canudos,  
Contestado,  
Caldeirão...

A pedagogia dos aços  
golpeia no corpo  
essa atroz geografia...

Há uma nação de homens  
excluídos da nação  
Há uma nação de homens  
excluídos da vida  
Há uma nação de homens  
calçados,  
excluídos de toda palavra  
Há uma nação de homens  
combatendo depois das cercas.  
Há uma nação de homens  
sem rosto,  
soterrados na lama,  
sem nome,  
soterrados no silêncio.

Eles rondam o arame  
das cercas  
alumiados pelas fogueiras  
dos acampamentos.

Eles rondam o muro  
das leis e ataram no peito  
uma bomba que pulsa:  
o sonho da terra livre.

O sonho vale uma vida?  
Não sei. Mas aprendi  
da pouca vida que gastei:  
a morte não sonha.

A vida vale um sonho?  
A terra vale infinitas  
reservas de crueldade  
do lado de dentro da cerca.

Hoje, o silêncio pesa  
com os olhos de uma criança  
depois da fuzilaria.

Candelária,  
Carandiru,  
Corumbiara,  
Eldorado dos Carajás não cabem  
na frágil vasilha das palavras...  
Se calarmos,  
as pedras gritarão...

*Pedro Tierra*

**A** **MIÇOS DO JST**

ESTÃO CONTRIBUINDO E DIFUNDINDO NOSSO JORNAL.

SINDICATO DOS METALURGICOS DE CARIACAS (RS); SINDICATO DOS BANCARIOS DE PORTO ALEGRE (RS); ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS; ADÃO PEREIRA JOSÉ DIAS; LUIZ GIOVANNI - SINEHOM-SINDICATO DOS ELETRICISTAS (SC); SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO IMOBILIÁRIA DE SÃO BENTO DO SUL (SC); SINDICATO DOS EMPREGADOS DE ESTABELECIMENTOS BANCARIOS (DF); SINEHOM-SINDICATO DOS PREVIDENCIÁRIOS DE SANTA CRUZINA (SC); SINDICATO DOS METALURGICOS DE PORTO ALEGRE (RS); FÉTERIAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS-FUP (DF); SINDICATO-SINDICATO DOS PETROLEIROS DO ES (ES); SINDICATO DOS PROFESSORES (DF); SINDICATO UNIFICADO DOS TRABALHADORES QUÍMICOS E PLÁSTICOS DE SP CEPERGS (RS); PREF. MUNIC. BAMBALÃO CARVALHO (SC); SINTERPI (P); SINDESEP (SL); SINTTEL (PR); DEF. LUCIANO ZICA (SP); DEF. JOSÉ BARROSO PIENZO (DF); FENAL (DF); DEF. JOSÉ FORTES DEF. DOMINGOS DUTRA; DEF. JOSÉ PINHEIRO; SIBESEPE (AI); GABINETE HELOISA HELENA (PT); SINDICATO DOS BANCÁRIOS (AI); ASSOC. BENEV. CULTURAL PÉRIQUICA ARAUCÁRIA (PR).

**E** **XPEDIENTE**

**Reportagem:** Helderildo Pereira MG; Cássia Cortez-MS; Edvaldo e Riberto-PE; Inzilante de Souza e José Pinto RO; Sara Ferosa-RS; Dizeu Vieira-SC; Maria de Silva-PI; Deusília Alonso-CE; Reginaldo Almeida SE; Elis Melo PA; Lúcia Gonçalves-SP - **Editorial/Jornalista Responsável:** Débora Lerner - RP 7399/33/24V - **Diagramação, Editoração e Arte Final:** Luca Bueno - **Fotolito e Impressão:** Gráfica Vazuzzi - **Tiragem:** 35 mil exemplares - **Periodicidade:** Mensal

Associação Nacional de Cooperação Agrícola  
Rua Ministro Godoy, 1484 - CEP 05015-900 - São Paulo - SP  
Tel: (011) 867-8977 - Fax: (011) 871-4612

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS  
**SEM TERRA**

Rua Ministro Godoy, 1484 - CEP 05015-900 - São Paulo

Assinatura de Apoio: R\$ 20,00  
Lavrador: R\$ 10,00

IMPRESSO



ACF - ALFONSO BOVERO